

PARA QUE OUTRAS VOZES SEJAM OUVIDAS

PROPOSTAS DA CÚPULA DOS POVOS RIO+30 EM DEFESA DA VIDA E DA SOBERANIA DOS POVOS

Vivendo um cenário de terra arrasada pelo fascismo ecocida do governo de Jair Bolsonaro, não houve qualquer mobilização por parte do governo federal para organizar o encontro oficial da Rio+30, em ocasião do 30º aniversário da Eco-92. Não obstante, a partir de 2021, ao menos 180 organizações da sociedade civil mobilizaram-se para construir um espaço de diálogo público preparatório para a realização da Cúpula dos Povos Rio+30, que deveria acontecer na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 25 e 27 de maio de 2022, inicialmente.

Apesar dos grandes esforços da sociedade civil na preparação do evento e busca por adesões, apoio e financiamento para a realização do mesmo, a falta de condições mínimas de segurança e estrutura, por um lado, e o anúncio por parte da Prefeitura do Rio sobre a realização da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo nos dias 17 e 19 outubro, por outro, levaram a sociedade civil a adiar a Cúpula e aderir ao calendário oficial do município.

Porém, a Prefeitura do Rio cancelou a realização do evento e, com isso, o grande evento da Cúpula dos Povos Rio+30 também foi cancelado. A despeito das dificuldades que impossibilitaram sua realização, a Cúpula dos Povos Rio+30 continuou sua jornada de discussões em fóruns virtuais e com eventos de menor porte organizados por Círculos de Vozes e Saberes, mantendo o propósito de finalizar até novembro de 2022 um Documento Oficial com propostas para o país que queremos com justiça social e ambiental.

APRENDIZADOS DOS ENCONTROS DOS CÍRCULOS DE VOZES E SABERES REALIZADOS DURANTE 2022

Encontre nossas vozes.
Acesse os QR CODES
para ouvir o podcast
da Cúpula Rio+30.



Rio+30
CÚPULA DOS
POVOS
VOZES EM MOVIMENTO



HISTÓRICO

Eco 92 e Rio +20

Entre 3 e 14 de junho de 1992, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a também chamada Rio-92 ou Cúpula da Terra. Os representantes dos 179 países presentes estiveram divididos entre as delegações oficiais, compostas por chefes de Estado e ministros, mandatários da iniciativa privada e integrantes dos movimentos sociais. O encontro foi marcado pela expressiva participação da sociedade civil. O objetivo central da Conferência foi debater os crescentes problemas provenientes da emissão de gases causadores do efeito estufa globalmente e propor um novo modelo de desenvolvimento econômico que se alinhasse à proteção da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais.

A Eco-92 é considerada até hoje a mais importante conferência ambiental mundial por ter incorporado os desafios ambientais e climáticos na agenda política global e ter consagrado o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Um dos principais consensos da Conferência foi o de que as nações mais desenvolvidas são as principais causadoras das emissões de gases do efeito estufa historicamente e na atualidade e, por isso, têm mais responsabilidade na mitigação dos efeitos do aquecimento global. O Princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas sumariza essa posição e foi incluído na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, um dos documentos resultantes da Conferência. Outro consenso importante foi o de que os países em desenvolvimento necessitam de suporte financeiro e tecnológico para atingir um modelo sustentável de crescimento.



Ouçá RAFAEL SOARES de Koinonia Presença Ecumênica e Serviço e do Fórum Ecumênico ACT Brasil sobre ESPAÇOS DE DIÁLOGO E CONVERGÊNCIA.

Passados 20 anos desde a Eco-92, a cidade do Rio de Janeiro voltou a sediar a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida na zona oeste da cidade entre 13 e 22 de junho de 2012. À diferença da primeira Conferência, a Eco-92, o documento resultante desta conferência, *O futuro que queremos*, expressou o fracasso das negociações entre os representantes dos países que compõem a ONU, resultando em uma mera declaração de intenções sem metas concretas ou caráter vinculante. Princípios e compromissos que haviam sido incorporados nas negociações ligadas ao clima desde a Eco-92, como o das Responsabilidades comuns, porém diferenciadas, foram questionados durante as negociações, ainda que tenham sido mantidos no documento final.

Em contraposição às negociações oficiais, que ocorreram a portas fechadas no espaço de convenções do Riocentro, com pouco diálogo com os movimentos sociais e marcada presença do setor privado, entre 15 e 22 de junho a sociedade civil organizou a Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental no Aterro do Flamengo, um contraponto à voz oficial e empresarial da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com a perspectiva de trazer para esse cenário a contribuição das organizações da sociedade civil na representação da diversidade dos povos e das causas que não podem ser silenciadas. Uma enorme pluralidade de atrizes e atores ligados a movimentos de base, coletivos, redes, sindicatos e o terceiro setor debateram as causas estruturais das injustiças sociais e ambientais.

A Cúpula dos Povos foi um evento multitudinário, onde estiveram presentes cerca de 100 mil pessoas ao longo dos dias de atividades que aconteceram no Aterro de Flamengo e que contribuíram para dar enorme visibilidade aos consensos que a sociedade civil expressou aos governos, ainda que sem eco ou reais compromissos de solução para as mudanças climáticas.





METODOLOGIA DOS DEBATES PÚBLICOS

Os Círculos de Vozes e Saberes

A Comissão Facilitadora da Cúpula Rio+30 propôs a criação de 11 Círculos de Vozes e Saberes, elencados abaixo, com o objetivo de promover um percurso de convergência e construção de propostas através de debates transversais sobre questões chaves para a pauta da Cúpula. A proposta buscou juntar atores e atrizes diversos para debater as problemáticas complexas que o mundo capitalista em crise vive hoje. Sete eixos foram escolhidos para serem transversalmente debatidos nos Círculos de Vozes e Saberes: justiça, clima, diversidade, trabalho, terra, teto e pão e soberania. Os debates ocorreram de maneira virtual e presencial ao longo dos anos de 2021 e 2022.

Os Círculos

CÍRCULO 1 - Rios e oceanos: águas para a Vida

A água, como parte da Natureza, é indissociável dos territórios e dos povos, além de ser um direito humano básico. A crescente privatização da água, junto ao processo permanente nas últimas décadas de alta contaminação dos lençóis freáticos, dos cursos de água, dos rios e dos oceanos, estão levando a vida a uma situação de vulnerabilidade extrema. O agronegócio exportador de grãos e água, o garimpo de minérios nos rios, o desvio e mau uso dos cursos de água para geração de energia, a contaminação por efluentes industriais e vazamentos, a ocupação desordenada nas cidades, os vertedouros clandestinos de resíduos tóxicos etc. são fatores que colocam em risco a vida mesma no planeta. A preservação da água como fonte de vida e bem comum, e não mercadoria, torna-se urgente.

CÍRCULO 2 - Energia para a soberania dos povos

A energia é elemento importante, que amplia a capacidade de trabalho dos trabalhadores, sendo vital para o desenvolvimento das sociedades. Porém, no atual modo de produção, a energia provinda de diversas fontes é utilizada pelas grandes empresas e governos como uma mercadoria e forma de obter alta lucratividade, resultando na acumulação de capital nas mãos de poucos. Como o objetivo central é a lucratividade e não a satisfação das necessidades do povo, ela é produzida e distribuída com violação de direitos humanos, destruição ambiental, cobrança de altas tarifas para a maioria, de superexploração dos trabalhadores do setor e de destruição das empresas estatais e da soberania nacional e popular. Analisar o atual modelo energético, discutir diretrizes para um projeto alternativo, com transição energética justa, com justiça climática e soberania dos povos, que amplie a consciência global e se transforme em força organizada real para impulsionar as transformações necessárias no atual período histórico, são nossos desafios.

CÍRCULO 3 - Direito a cidades habitáveis e justas

Na maior parte dos países, o processo de urbanização tem se constituído desde o nascimento do capitalismo de forma indissociável a ele, e junto com a formação dos estados liberais, baseando-se na relação propriedade e cidadania. A colonização paulatinamente constituiu as cidades como formas hegemônicas de ocupação dos territórios, negando as formas preexistentes de povos indígenas e comunidades tradicionais - que muitas vezes se mantem na força da resistência ao paradigma da propriedade individual -, o que denominamos como "violência proprietária" que esse modelo único exerce. A disputa atual pelo modelo de cidade tem como alvo central o processo de financeirização das cidades, tomadas pela especulação imobiliária que se enfrenta ao direito a cidade como a maioria da população requer. Os espaços urbanos se tornaram espaços de privilégio em territórios minoritários onde todo o acesso a serviços e facilidades está disponível e outros territórios de exclusão e racismo ambiental, de maioria não-branca, sem serviços e reumanizada somente pela resistência e produção cultural local.

CÍRCULO 4 - Modos de produção e distribuição do meio ambiente e do trabalho

O mundo do trabalho, que vinha sofrendo profundas modificações nas últimas décadas, tem sido fortemente afetado pela pandemia, e estima-se que mais de 250 milhões de empregos podem ter-se perdido globalmente. As transformações no trabalho e no emprego devido aos avanços científicos e tecnológicos estão mostrando seus efeitos na redução dos empregos formais potencializando a informalidade e, com ela, a perda da garantia de direitos e o desemprego. Em nossa região, o aprofundamento do modelo agro-mineiro-exportado está baseado na permanente expansão das fronteiras de produção e no uso predatório dos territórios, promovendo não só pouco emprego, como também emprego de baixa qualidade. Por sua vez, os golpes contra as democracias que vêm acontecendo com o avanço das ultradireitas conservadoras têm focado fortemente seus ataques no mundo do trabalho. Os ataques ao trabalho, no âmbito do modelo produtivo predatório, exigem, máxima atenção e a luta pela preservação dos direitos.

CÍRCULO 5 - Extrativismo neocolonial dos corpos, povos e territórios

O Extrativismo na sua expressão neocolonial é hoje o modelo de desenvolvimento dominante na América Latina e em grande parte do mundo. Trata-se da nova expressão da espoliação dos territórios re-colonizados pelo neoliberalismo. Essa é nova versão do capitalismo que atualiza sua acumulação com a exploração colonial sobre corpos, povos e territórios. Em sua crise, mostra a sua cara mais violenta, buscando ampliar as fronteiras da extração para exportação, destruindo ou contaminando os territórios, agindo contra os povos e desagregando os tecidos sociais. No Brasil e na América Latina especialmente, podemos citar a expansão da fronteira agropecuária, a mineração, a exploração petroleira e até a mineração de dados e o extrativismo digital. A lógica extrativista se dá de diversas formas, seja nas áreas periféricas com os trabalhos informais ou nas áreas rurais onde se substitue a agricultura familiar e de subsistência dos povos indígenas e quilombolas, quebradeiras de coco, seringueiros, pescadores, açazeiros e outros, por produtos para o comércio global. Promove-se, assim, a expansão das chamadas “zonas de sacrifício” ambiental e social que são, de fato, áreas de puro racismo biocida que vai impondo o capital. Diante destas atrocidades, são os modos de vida das populações que precisam ser valorizados.

CÍRCULO 6 - Economia do cuidado vs. Financeirização da vida

A expansão do sistema financeiro vem provocando profundas modificações nas economias, que se veem cada vez mais instavelmente ligadas à especulação financeira, o que tem provocado o deslocamento do capital produtivo e a ampliação dos processos de endividamento público e privado, atingindo os Estados e as pessoas. Diante desse processo de financeirização da vida, a economia do cuidado coloca a vida no centro, para propor a sustentabilidade da vida, o que alguns chamam de “buen vivir”, ou vida boa para todas e todos e não apenas para uns poucos. Que o objetivo seja a vida mesma, a recuperação da produção e da reprodução da vida compartilhada por homens e mulheres e não a acumulação capitalista baseada na superexploração do trabalho, especialmente do trabalho gratuito das mulheres, e no de consumo, que produzem sociedades cada dia mais desiguais e violentas.

CÍRCULO 7 - Estratégias pluralistas frente às estruturas racistas e patriarcais.

Vivemos atualmente num modelo capitalista, racista, classista, patriarcal e neocolonial, que também depreda a natureza. Por isso, podemos afirmar que é um sistema biocida, que ataca a vida, porque esta não lhe importa, nem a vida humana nem não humana, e que também não valoriza os trabalhos ligados a ela. Pelo contrário, dá valor àqueles trabalhos vinculados à acumulação de capital e poder, ampliando as grandes empresas multinacionais e a monopolização econômica, que tornam reféns os próprios Estados nacionais, erodindo os sistemas democráticos. Os movimentos sociais e organizações feministas, antirracistas e daqueles contrários a todas as discriminações estão assumindo com cada vez maior força as lutas anticapitalistas contra as violências e crueldades do sistema em crise.

CÍRCULO 8 - Fundamentalismos e exclusões: ameaças à Terra e à sociodiversidade.

Compreendemos os fundamentalismos como uma visão de mundo, uma interpretação da realidade, com matriz religiosa, combinada a ações políticas decorrentes dela, para o enfraquecimento dos processos democráticos e dos direitos sexuais, reprodutivos e das comunidades tradicionais, políticas, de valorização da pluralidade e da diversidade, num condicionamento mútuo. Não são homogêneos, são diversificados, formados por diferentes grupos que têm em comum inimigos a combater com ações distintas no espaço público. Por isso, o caráter basilar dos fundamentalismos é o oposicionismo que, na prática corrente, tem apoiado o negacionismo, em sintonia com o momento do capitalismo predatório, “meritocrático”, de costas para a destruição da natureza que condena progressivamente a humanidade à degradação final por pandemias, poluição, esgotamento de meios de vida e aquecimento. O avanço do impacto cultural e estrutural dos fundamentalismos na vida cotidiana deve ser freado por meio de articulações públicas de grandes e pequenas relações continuadas e persistentes a longo prazo.

CÍRCULO 9 - Territórios e terras livres para a soberania alimentar e da vida nos campos.

O sistema alimentar global tem crescido desmesuradamente, modificando, homogeneizando e controlando de fato a alimentação da maior parte da população do planeta. A terra, que sempre foi controlada em sua maior parte por grandes proprietários latifundiários, tem-se financeirizados, tornando-se mais um elemento do sistema financeiro especulativo. A agricultura familiar, com seu modo de produção baseado em métodos tradicionais ou na agroecologia, sofre o virulento ataque permanente do agronegócio exportador e de um pequeno grupo de gigantescas corporações que dominam o mercado global de alimentos. A pandemia aprofundou os problemas de soberania alimentar que a crise econômica e o comércio global vinham provocando e trouxe a fome de volta à cena em muitos contextos, como no Brasil, marcando ainda mais o cenário de retrocessos do atual processo político, marcado pelos interesses do agronegócio rentista, que está no coração de golpes como o brasileiro e outros que ameaçam a democracia. Por isso, precisamos dar continuidade às lutas: não haverá soberanias nacionais e nem dos corpos e territórios sem soberania alimentar.

CÍRCULO 10 - Emergência climática e sujeitos da sociobiodiversidade

O mundo já vive os efeitos das mudanças climáticas, e eles estão ameaçando dramaticamente a vida no planeta. Como muitas vezes se pensa, esses efeitos não são somente no meio ambiente, mas afetam também a água e a produção de alimentos, os territórios em seu conjunto e as populações do mundo inteiro. Os impactos já se fazem sentir sobre povos e comunidades originários e tradicionais, nas áreas rurais e nas cidades, especialmente nas periferias urbanas. O objetivo de estabilização da temperatura do planeta ainda está muito longe de ser atingido e as propostas de economia verde são, de fato, mais uma licença para os países ricos poluírem e uma maquiagem que não está dando conta de avançar em soluções. A Amazônia, que se estende por áreas de 7 países da América do Sul e que seria fundamental para contribuir à solução, está sendo devastada por incêndios criminosos e ilegalidades promovidas a partir do governo nacional, especialmente. O fracasso das recentes negociações em Escócia, que só esconderam a debilidade e/ou cumplicidade dos governos para assumir compromissos frente ao poder real das transnacionais que promovem a poluição e aumento da temperatura no planeta, exige a atuação cada dia mais ativa e potente da sociedade civil organizada em seu clamor contra a “Emergência climática” que o mundo atravessa hoje, com potencial devastador.

CÍRCULO 11 - Povos e Comunidades Tradicionais

O objetivo é reunir comunidades que utilizam ferramentas transversais da ecologia, da cultura e do conhecimento, passadas através de gerações por mestres e mestras, para transformar olhares e ações sobre o meio ambiente, visando o resgate de uma forma de vida sustentável e a cultura como pilar da educação. Tem como proposta reunir Povos Tradicionais e sociedade civil organizada na missão de combater a Crise Climática, em defesa da vida e da preservação dos recursos naturais de modo a combater também o racismo religioso e ambiental. Diante de um cenário global instável em que se predomina um sistema político e econômico que é nocivo aos povos e comunidades tradicionais, se faz urgente lutar pelo bem-estar social, cultural e econômico da população negra e indígena. A ideia central deste Círculo é criar o futuro a partir de valores ancestrais que preservam a vida e o meio ambiente.





30 PROPOSTAS TRANSVERSAIS AOS 11 CÍRCULOS DE VOZES E SABERES

Vozes convergentes

Temas que emergiram com força da voz dos povos e indivíduos envolvidos nas trocas dos círculos através de debates, grupos de discussão presencial ou online. As vozes da Cúpula dos Povos Rio+30 se colocaram em movimento, você ouve no podcast. Basta acessar os QR Codes.



**DALILA CALISTO da
Coordenação Nacional
do Movimento dos
Atingidos por
Barragens (MAB)
sobre ÁGUA COMO
DIREITO HUMANO
BÁSICO.**

1

PELA ÁGUA COMO PATRIMÔNIO AMBIENTAL NA PROMOÇÃO DE BEM ESTAR E SAÚDE PARA TODOS

A água, como parte da Natureza, é indissociável dos territórios e dos povos, além de ser um direito humano básico. A crescente privatização da água, junto ao processo permanente nas últimas décadas de alta contaminação dos lençóis freáticos, dos cursos de água, dos rios e dos oceanos, estão levando a vida a uma situação de vulnerabilidade extrema. O agronegócio exportador de grãos e água, o garimpo de minérios nos rios, o desvio e mau uso dos cursos de água para geração de energia, a contaminação por efluentes industriais e vazamentos, a ocupação desordenada nas cidades, os vertedouros clandestinos de resíduos tóxicos etc. são fatores que colocam em risco a vida no planeta. A preservação da água como fonte de vida e bem comum, e não mercadoria, torna-se urgente.

O Brasil possui a maior reserva de água doce do mundo, e ainda temos uma realidade favorável, onde 90% dos domicílios que estão ligados na rede de abastecimento de água estão sob responsabilidade estatal, apenas 10% nas mãos do setor privado.

Essa realidade está inserida em um profundo ataque das empresas transnacionais, que pretendem transformar o direito do povo ao abastecimento público de água e coleta de esgoto em uma mercadoria, para possibilitar a extração de taxas de lucro extraordinárias, aplicando o mesmo modelo do setor elétrico brasileiro. Pretendem dividir o sistema de água e saneamento, que é feito por uma empresa em vários “negócios”, de várias empresas, que pode aumentar as tarifas de água em mais de 200%.

No campo, a situação também é dramática, a cada ano aumentam os conflitos e disputas pelo acesso a este bem, de um lado os camponeses que produzem 70% dos alimentos da população brasileira e do outro lado o agronegócio que exporta praticamente toda sua produção e consome 80% da água brasileira, secando nossos rios e aquíferos, utilizando da violência contra o povo por meio do poder de milícias, muros e cercas, legitimados pelas concessões de uso, dadas pelo Estado para garantir o lucro desse setor.

Lutamos contra a violência no campo e das violações dos direitos humanos, pois acreditamos que as “águas são para a vida e não para a morte”. É necessário enfrentar e derrotar todos os processos e tentativas de privatização da água, e reverter os processos já privatizados, garantindo a soberania do povo brasileiro.

"No campo, a situação é dramática, a cada ano aumentam os conflitos e disputas pelo acesso a este bem, de um lado os camponeses que produzem 70% dos alimentos da população brasileira e do outro lado o agronegócio que exporta praticamente toda sua produção e consome 80% da água brasileira"





2 PELA ÁGUA E O SANEAMENTO COMO PARTE DA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL

O Brasil tem o privilégio de ter entre 12 e 13,7% da água doce do mundo, porém, a distribuição no Brasil é desigual do ponto de vista das regiões. Por exemplo, o Norte tem 70% da água do Brasil e cerca de 5% da população brasileira enquanto o Sudeste tem 6% da água e 50% da população, mas, a distribuição da água e do saneamento é também desigual no aspecto social, econômico e ambiental.

Em relação ao saneamento, ainda temos 100 milhões de brasileiros sem esgotamento sanitário ocasionando diversos problemas de saúde, tanto é que em 2019, segundo o Instituto Trata Brasil, tivemos mais de 273 mil internações por doenças de veiculação hídrica, decorrente da falta de saneamento básico fazendo o Brasil gastar R\$ 108 milhões com hospitalizações.

Temos ainda cerca de 35 milhões de brasileiros sem acesso à água potável realidade que reflete o enorme desafio para universalização do saneamento e do direito humano de acesso à água em qualidade e quantidade. A água é um elemento vital para a vida, para o funcionamento dos ecossistemas, da economia e para saúde e bem-estar da população.

Dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) demonstram que existem 58,4 milhões de brasileiros sem esgotamento sanitário, 110 mil km de trechos de rios com qualidade da água comprometida pela poluição, e 3/4 da nossa população vive em regiões com muita produção de esgoto em relação à disponibilidade hídrica, indicando necessidade de maior eficiência e do reuso de água.



Ouça ANGELO LIMA da Rede Observatório das Águas sobre GOVERNANÇA HÍDRICA NO BRASIL.

Quem mais sofre com a ausência de água potável e esgotamento sanitário são as comunidades vulnerabilizadas pela insuficiência de políticas públicas voltadas ao enfrentamento deste desafio e que coloque a meta de universalizar o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como prioridade, fortalecendo a visão de que o acesso à água e ao saneamento são Direitos Humanos.

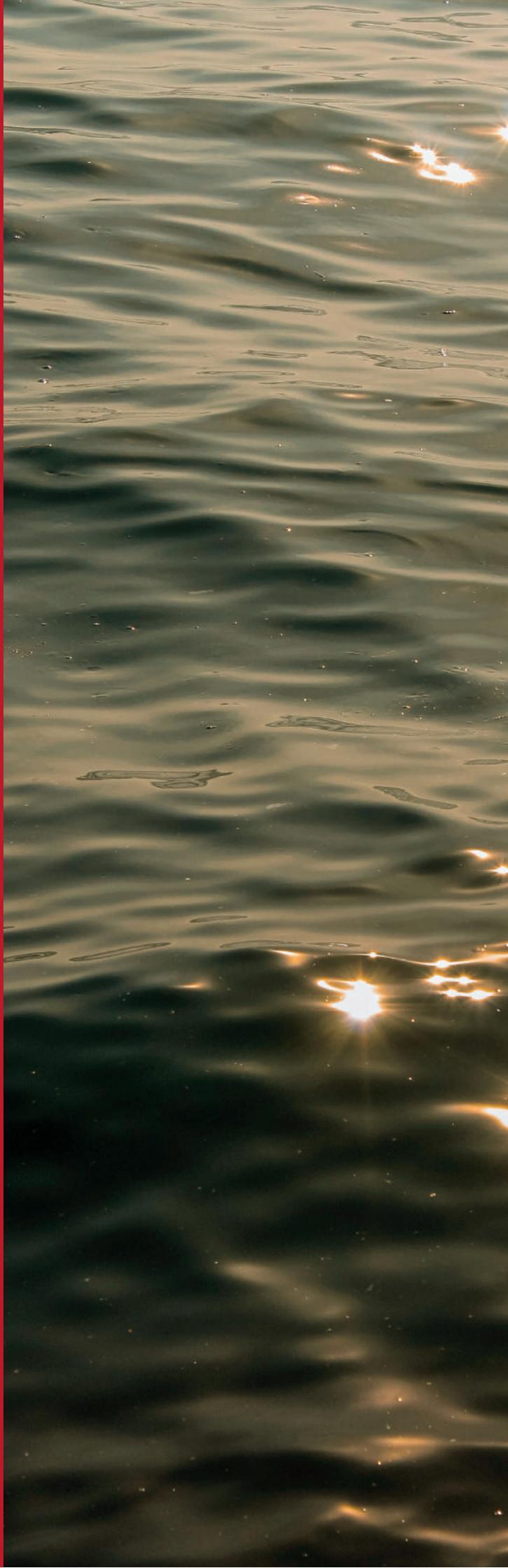
Portanto, é necessário construir de forma participativa metas claras e factíveis de universalização do saneamento e do acesso à água potável na busca de não deixar ninguém para trás. Ter claro que em quatro anos é muito difícil fazer com que 35 milhões de brasileiros tenham acesso à água potável e 100 milhões tenham acesso ao esgotamento sanitário, mas a construção de metas com indicadores, monitoramento e transparência é vital para o avanço do tema no Brasil.

Recomendamos uma Concertação Nacional pela Água. Para que a Água faça parte da discussão com os governadores e prefeitos sobre a política de infraestrutura para criação de novos empregos e geração de renda. É vital recuperar a economia, e entendemos que, conforme demonstram os dados de seca e cheia que afetam o Brasil, é fundamental adotar soluções baseadas na natureza e integrar ações de infraestrutura verde e cinza, fortalecendo uma visão estratégica na gestão das águas brasileiras para garantir que será um recurso de desenvolvimento econômico.

É urgente convocar todos os atores da gestão das águas (CBHs, Conselhos, Órgãos Gestores), Governadores, Prefeitos e representantes das organizações populares para a construção de uma Concertação Nacional pela Água com foco na segurança hídrica, tanto do ponto de vista das enchentes, quanto das secas em face da emergência climática.



**Ouçá SERGIO
RICARDO do
Movimento Baía
Viva sobre
OCEANO E
MUDANÇAS
CLIMÁTICAS**





3 POR UMA GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS BRASILEIROS DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA COM INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL

O Brasil aprovou em 1997, a Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei 9443/97, criando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) uma conquista da sociedade brasileira e da evolução da democracia no país, abrindo espaços para criação de instâncias de gestão das águas no Brasil.

A Lei 9443/97 reforça princípios Constitucionais e apresenta fundamentos importantes como que a água é um bem de domínio público; que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, devendo ser descentralizada e com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Rapidamente a sociedade brasileira respondeu ao chamado pela democracia na gestão das águas, dos legisladores e dos atores sociais da época, tanto é que em 1999 já havia 49 Comitês de Bacias Hidrográficas e atualmente existem cerca de 243 Comitês de Bacias Hidrográficas em funcionamento no país.

Em relação ao Saneamento, os Comitês das Bacias do Rio São Francisco, Rio Doce, Comitês de Bacias do Estado do Rio de Janeiro, têm investido fortemente para elaboração de Planos Municipais de Saneamento. Os Comitês de Bacias têm investido em ações de restauração das bacias, programas de educação ambiental, pagamento por serviços ambientais e em estudos para identificar áreas que não podem ser ocupadas por programas populares de habitação, pelo fato de serem áreas naturais de inundação dos rios, apresentando um portfólio de resultados importantes em todas essas áreas.

Se o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que ainda têm lacunas de governança, já vêm obtendo resultados (que podem ser conferidos na Carta a Lula e Alckmin 2022 do Observatório das Águas), este poderia alcançar ainda mais resultados com os governos federal e estaduais efetivamente fazendo investimentos na gestão descentralizada e participativa das águas de forma a ampliar ainda mais o aporte de recursos humanos e financeiros, fortalecendo a governança do sistema.

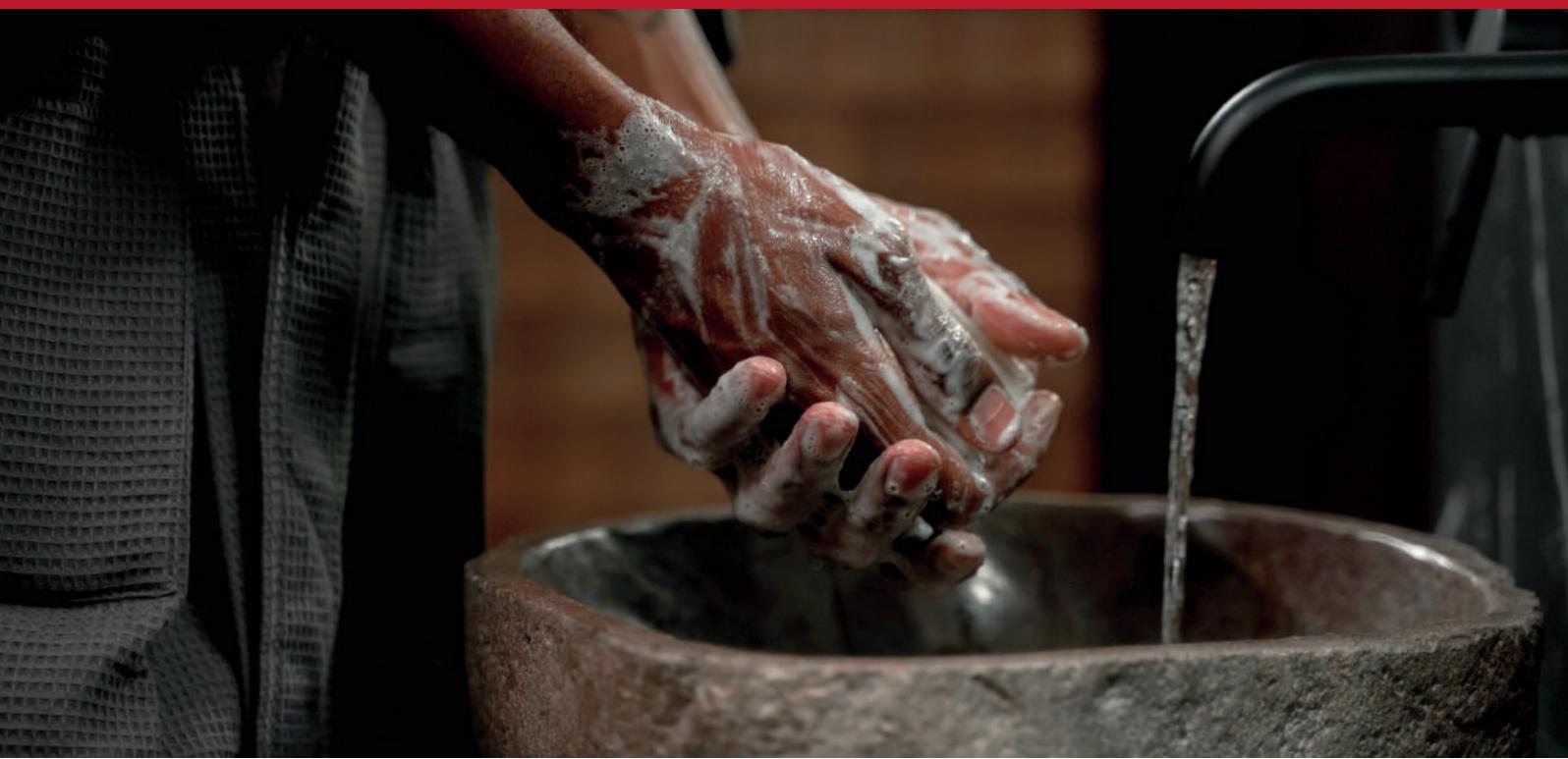
Entendemos que é vital a continuidade e a ampliação da base da gestão das águas no Brasil para o aperfeiçoamento do processo de democratização da gestão das águas. É a partir da gestão descentralizada e participativa que se abrem oportunidades para ampliar o diálogo e a democracia na gestão dos recursos hídricos. É fundamental investir na governança do SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e neste caso, trata-se de cuidar muito bem do processo participativo.

Defendemos também o retorno do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos para o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para fortalecimento da gestão integrada e

diante da emergência climática e dos objetivos do Brasil no Acordo de Paris, é determinante que os recursos hídricos voltem a fazer parte das atribuições do meio ambiente. Os dados sobre desmatamento e mudanças nos usos do solo fortalecem a necessidade da integração da gestão das águas com a gestão ambiental, uma das Diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos.

É necessário também revisar a composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que tenha paridade entre representação do poder público e da sociedade civil, que compreende o setor usuário privado e as organizações da sociedade civil.

"É a partir da gestão descentralizada e participativa que se abrem oportunidades para ampliar o diálogo e a democracia na gestão dos recursos hídricos. É fundamental investir na governança do SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e neste caso, trata-se de cuidar muito bem do processo participativo"





4 POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE BASE COMUNITÁRIA

É urgente criar recursos para ampliar a Educação Ambiental sob a perspectiva da Ecologia Política, visando a construir processos de ensino e aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento de uma visão crítica sobre as relações entre a sociedade e a natureza.

É necessário promover a aproximação entre o pensamento gerado nos e pelos movimentos sociais e a academia, valorizando os saberes e a educação popular de base comunitária de forma a fomentar reflexões sobre o papel da educação ambiental no contexto dos conflitos socioambientais provocados por perspectivas desenvolvimentistas para a América Latina, estimulando estratégias educativas em espaços de educação formal e não-formal para participação política nas questões de impacto ambiental.

É fundamental conscientizar a juventude para o ativismo ambiental comunitário e a participação cidadã nas decisões que envolvem impacto socioambiental a partir do conhecimento dos seus territórios, da legislação ambiental e das políticas públicas.

Recomendamos a promoção de ações para uma educação ambiental cidadã, principalmente entre jovens e adolescentes, em que direitos e deveres da Constituição, bem como as leis pertinentes a área socioambiental sejam compreendidas e apreendidas pela sociedade, para fomento à cultura da gestão ambiental participativa, fortalecendo o controle social das políticas públicas em geral.



Ouça JANIÉLSON SOUZA
da Rede de Juventude
pelo Meio Ambiente e
Sustentabilidade
(REJUMA) sobre
**JUVENTUDES E
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**



**Ouça RODRIGO
SANTOS** do
Greenpeace Brasil
sobre **JUVENTUDES
E CRISE CLIMÁTICA.**



5

POR UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E POPULAR

A energia é elemento importante, que amplia a capacidade de trabalho dos trabalhadores, sendo vital para o desenvolvimento das sociedades. Porém, no atual modo de produção, a energia provinda de diversas fontes é utilizada pelas grandes empresas e governos como uma mercadoria e forma de obter alta lucratividade, resultando na acumulação de capital nas mãos de poucos. Como o objetivo central é a lucratividade e não a satisfação das necessidades do povo, ela é produzida e distribuída com violação de direitos humanos, destruição ambiental, cobrança de altas tarifas para a maioria, de superexploração dos trabalhadores do setor e de destruição das empresas estatais e da soberania nacional e popular. É fundamental analisar o atual modelo energético, discutir diretrizes para um projeto alternativo, com transição energética justa, com justiça climática e soberania dos povos, que amplie a consciência global e se transforme em força organizada real para impulsionar as transformações necessárias no atual período histórico.

A necessária transição energética não deve ser rebaixada apenas à escolha da matriz tecnológica e da melhor estratégia de industrialização. No centro da transição, devem ser colocadas as bases organizativas de uma nova política energética que garantam soberania, a justa distribuição da riqueza e a participação popular. O fortalecimento do chamado “capitalismo verde” está em curso, resposta do capital aos problemas ambientais ocasionados pelo seu próprio modus operandi de intensa exploração no planeta. Diante da crise climática, o capitalismo cria ferramentas e se reinventa na tentativa de garantir suas taxas de lucro, com a exploração da natureza e dos povos. A concepção de capitalismo verde é embasada em novas promessas, falsas soluções e em uma sustentabilidade impossível de se alcançar dentro dos marcos do capitalismo.

Nosso entendimento é de que a questão central neste tema é a política energética, que transformou a energia em mercadoria para garantir extraordinária lucratividade ao capital. Somos defensores de que “água e energia não são mercadorias”. Lutamos por um projeto energético popular.

Queremos o uso dos recursos da água e da energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular – essa é a síntese do projeto de política energética que defendemos. Até início dos anos de 1990, o setor elétrico nacional era propriedade estatal sob o regime de monopólio, uma única empresa estatal produzia, transportava e distribuía a energia. Após este período, os serviços públicos foram repassados ao regime de propriedade privada, por meio de uma onda de privatizações. A nova política para energia elétrica, sob neoliberalismo, passou a ser orientada pelas regras de mercado.

O território brasileiro possui um dos maiores potenciais hídricos do mundo, dessa forma, geramos nossa energia elétrica via usinas hidrelétricas, uma fonte com custo de produção extremamente barata. Mesmo assim, o Brasil configura entre os 10 países que pagam as tarifas de energia mais caras. Nosso conhecimento sobre esta realidade revela que nossa luta não pode ser reduzida apenas a mudança de matriz tecnológica e da escolha da melhor fonte de geração renovável. A resistência aos projetos do capital tem enorme importância.



Ouçá **FERNANDO FERNANDES** da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) sobre o PROJETO ENERGÉTICO POPULAR.



6

POR POLÍTICAS DE DIREITOS E SEGURANÇA PARA AS POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BARRAGENS

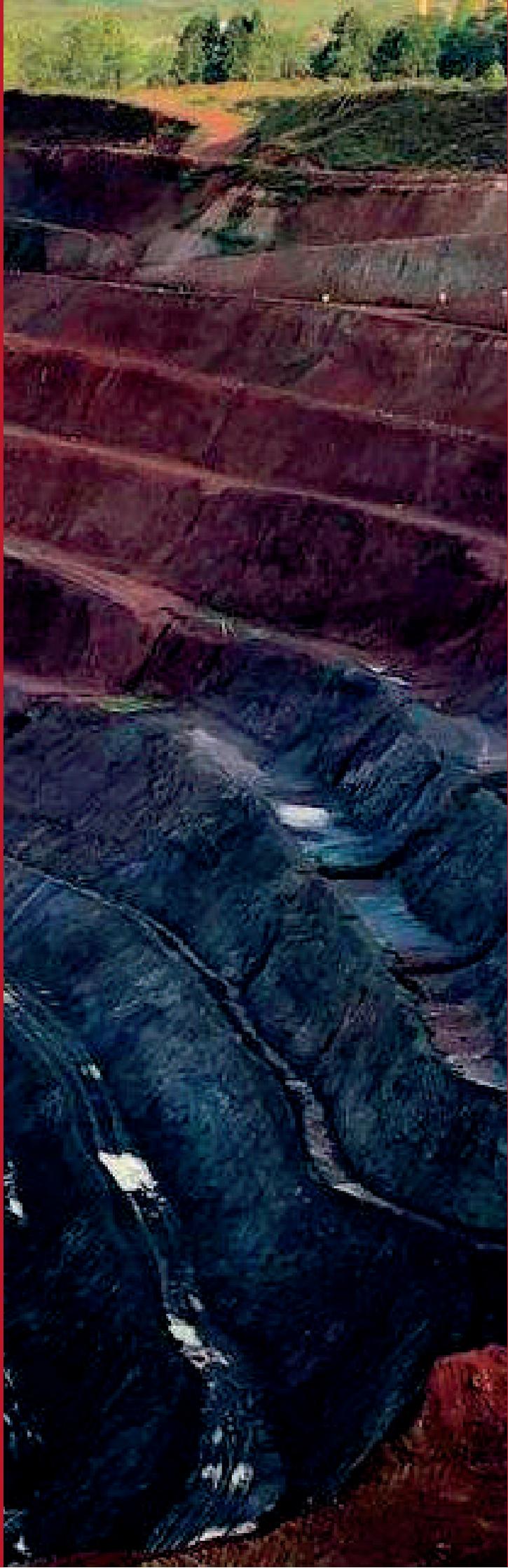
É necessário instituir imediatamente a Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens (PNAB), garantindo sua aplicação integral. Essa proposta pressupõe aprovação da Política de Reparação de Direitos (reposição, indenização e compensação); a criação do Fundo Nacional de Financiamento para viabilizar os Planos de Recuperação e Desenvolvimento das comunidades e municípios atingidos, custear parcelas da política nacional de direitos e resolver determinados passivos sociais que as empresas não resolveram; e a criação de um Organismo de Estado para gestar, fiscalizar e implementar essa política, sem terceirização.

Soma-se a isso a necessidade de instituir a Política Nacional de Segurança das Populações Atingidas por Barragens (PNSAB), pois é dever do Estado a criação das condições necessárias – financeiras, estruturais e legais – para que as populações em risco tenham uma Política Nacional de Orientação e Proteção à Vida das Populações Atingidas pelas Obras, para prevenir e reparar as vítimas e evitar que Mariana, Brumadinho e Aurizona se repitam. É necessário reorganizar a Compensação Financeira em usinas: corrigir o desvio da lei e reorganizar a destinação do valor dos royalties e das compensações financeiras para os atingidos e para o financiamento dos planos de recuperação das regiões atingidas.

Exigimos que, previamente aos investimentos, sejam realizadas todas as ações para evitar, prevenir e minimizar ao máximo os impactos sociais e ambientais dos empreendimentos. A prática deve ser a realização de consultas à sociedade civil e o estímulo à participação da população local no planejamento, execução e fiscalização das obras e atividades sociais e ambientais necessárias nos empreendimentos, estimulando que as pessoas decidam sobre e reorganizem o seu ambiente de vida.



Ouçã IVANEI DALLA COSTA da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Via Campesina sobre RISCOS E IMPACTOS DAS BARRAGENS.





7 POR POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS NA ECONOMIA DO CUIDADO NO ENFRETAMENTO DA FINANCEIRIZAÇÃO DA VIDA

Os atuais processos de precarização, privatização e corte de serviços públicos, flexibilização dos direitos trabalhistas e aumento da informalidade, piora geral nas condições de trabalho, achatamento de salários, aumento dos custos de vida, dentre outros, têm aprofundado a crise dos cuidados.

A referida tendência à degradação das condições de vida é resultado da opção deliberada dos governos neoliberais por políticas de cortes nos gastos públicos, em benefício do “equilíbrio fiscal” e do pagamento da dívida pública. Vê-se que as “políticas de austeridade”, como o Teto de Gastos, beneficiam apenas o capital especulativo e improdutivo globalizado e impõem a conta dessas políticas deliberadas à população, sobretudo às mulheres das classes populares.

Aliadas aos cortes dos orçamentos da área social e à precarização dos serviços públicos, os governos neoliberais adotam políticas de financeirização e bancarização das economias, sobretudo das economias populares, de modo a aprofundar a penetração dos bancos e instituições financeiras na vida social, aumentando seus lucros bilionários, e individualizar o problema estrutural e coletivo da insuficiência de renda e de sua distribuição profundamente desigual na sociedade, isolando as pessoas em suas dificuldades financeiras. O endividamento privado e individual emerge como política fiscal e à população é deixada a “opção” de endividar-se para viver ou passar fome e ter seu fornecimento de água, luz e gás cortados. Ao argumento da suposta ausência de “educação financeira” da população, soma-se a lógica meritocrática e individualista, dois elementos centrais da ideologia neoliberal que busca despolitizar os reflexos perniciosos de decisões deliberadas dos governos e do setor bancário e financeiro sobre a vida das pessoas, responsabilizando-as pelo próprio “fracasso”.

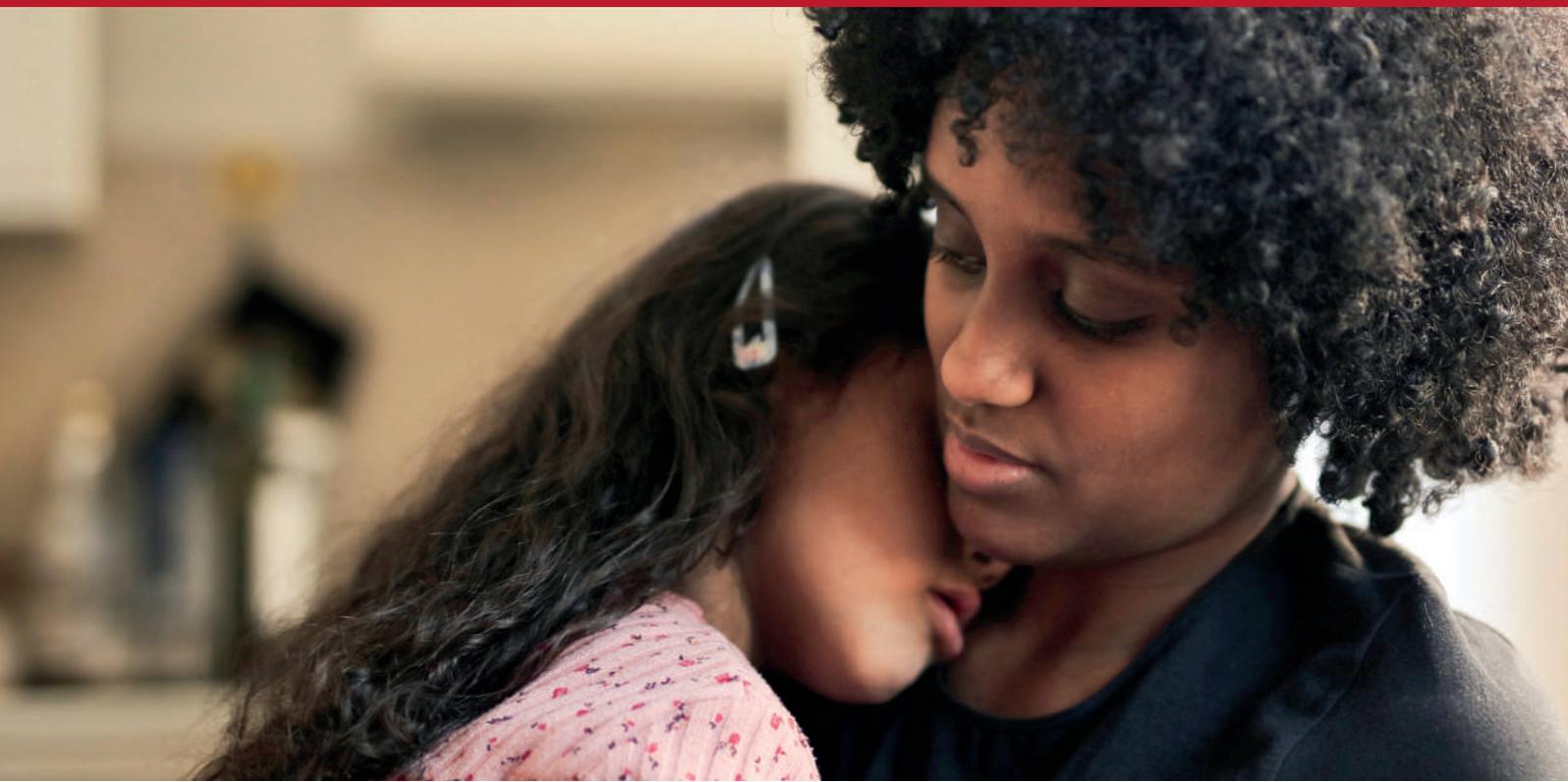
O endividamento converte-se em financeirização da vida à medida que ultrapassa a tradicional tomada de crédito para aquisição de bens de consumo duráveis, habitação ou investimento em negócios, e penetra no cotidiano das famílias, a fim de garantir o sustento imediato ou o pagamento de serviços que deveriam estar disponibilizados gratuitamente pelo Estado, enquanto direitos universais, como saúde e educação.

As mulheres das classes populares, chefes de família ou em famílias monoparentais são as mais afetadas por essa ciranda financeira perversa, uma vez que são as principais ou únicas responsáveis pelas despesas domésticas, têm maiores taxas de desemprego e informalidade e acumulam uma pesada carga de trabalho de cuidados não remunerado, frente à ausência de políticas e serviços públicos que teriam o poder de distribuir as tarefas de cuidados entre as famílias e o Estado. Endividadas, sobrecarregadas e desvalorizadas, as mulheres, sobretudo as mães das classes populares, pagam a conta das políticas de austeridade, cuja finalidade não é outra que transferir os bens – renda, tempo, saúde, alegria, vida – expropriados da população para os detentores do poder e do capital.

É necessário levantar e compilar dados e informações sobre os cuidados no Brasil, identificando lacunas de informação, a fim de subsidiar possíveis pesquisas para subsidiar a criação de políticas públicas.

Para isso é fundamental também expandir e diversificar a participação da sociedade na discussão sobre a Economia do Cuidado, a fim de incorporar perspectivas plurais, como a das trabalhadoras domésticas; sindicalistas; pessoas com deficiência; mulheres mães atípicas; mulheres mães e familiares dos/as usuários/as dos serviços de saúde, sobretudo da saúde mental; grupos de apoio a mulheres em privação de liberdade; trabalhadoras da saúde, educação, serviço social e previdência; gestoras públicas; parlamentares; chefes do executivo; integrantes do judiciário; instituições de dados e informações (IBGE, IPEA, INEP, DATASUS etc.); pesquisadoras; mulheres LGBTI e pessoas não-binárias; feministas negras; lideranças indígenas e quilombolas; mulheres do campo, entre outras.

"O endividamento converte-se em financeirização da vida à medida que ultrapassa a tradicional tomada de crédito para aquisição de bens de consumo duráveis, habitação ou investimento em negócios, e penetra no cotidiano das famílias, a fim de garantir o sustento imediato"





8 PELO RECONHECIMENTO DO TRABALHO FEMININO INVISIBILIZADO E NÃO REMUNERADO

O tema do cuidado tem ganhado centralidade na discussão sobre as novas configurações da economia contemporânea, que tradicionalmente vinha deixando de lado uma parcela importante das atividades produtivas, considerando-as equivocadamente como improdutivas ou secundárias.

Há em geral dificuldade para definir o conceito de “cuidados”, dados os seus muitos significados relacionados ao provimento de necessidades de pessoas mais vulneráveis e às tarefas cotidianas que garantem a sustentabilidade da vida, considerando também a proteção do meio ambiente e modos de vida tradicionais, a proteção de defensores de direitos humanos e militantes políticos, a atenção em saúde física e mental, ao bem-estar, a estética pessoal, ao trabalho sexual, ao envelhecimento e tantas outras necessidades da população.

Corremos ainda o risco de o termo “cuidados” ser utilizado de maneira despolitizada e ratificadora tanto dos mandatos de gênero na desigual divisão dos trabalhos de cuidados na sociedade, quanto de uma abordagem individualista, familiar e naturalizada dos cuidados, que perpetua a destinação das mulheres ao papel de “cuidadoras naturais”.



Ouçã **GRACIELA RODRIGUEZ** do Instituto **EQÛIT - Gênero, Economia e Cidadania Global**, e da **ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB)** sobre **ECONOMIA DO CUIDADO**.

Há que se destacar nesse contexto, a discussão sobre o trabalho reprodutivo e doméstico não remunerado realizado, sobretudo, no âmbito da família por mulheres, jovens e meninas.

Para além da discussão de gênero, existe também uma divisão racial dos cuidados que, através do racismo estrutural, historicamente delega a mulheres racializadas (negras, pardas e indígenas) os trabalhos relacionados aos cuidados de terceiros – em domicílios, nos serviços públicos e privados de educação e saúde, nos serviços de limpeza etc. -, em detrimento do tempo necessário aos cuidados de si e dos seus. Esses trabalhos são precarizados, mal remunerados, frequentemente insalubres e seu valor não é reconhecido socialmente.

Existe uma divisão de classes na sociedade que, interseccionada à divisão sexual e racial do trabalho, distribui de forma desigual e injusta o provimento e o recebimento de cuidados e o reconhecimento social desse trabalho – aquelas que mais cuidam de outras/os são as que menos recebem cuidados e seu trabalho é menos reconhecido e recompensado.

Muito frequentemente, os cuidados são associados ao “amor” (maternal, familiar etc.), o que contribui para mantê-los naturalizados, feminizados, racializados, invisibilizados e não reconhecidos pela sociedade. Isso que se chama ‘amor’ é trabalho não pago”: compreendemos as atividades de cuidados realizadas por mulheres e meninas nos domicílios como trabalho injustamente não remunerado.

"Existe uma divisão de classes na sociedade que, interseccionada à divisão sexual e racial do trabalho, distribui de forma desigual e injusta o provimento e o recebimento de cuidados e o reconhecimento social desse trabalho – aquelas que mais cuidam de outras/os são as que menos recebem cuidados e seu trabalho é menos reconhecido e recompensado."





9

PELA UNIVERSALIZAÇÃO DO DIREITO À MORADIA

A universalização do direito à moradia com financiamento e assistência técnica, a partir do acesso à terra urbana para os setores populares, na perspectiva de construção de cidades justas, com saneamento ambiental, mobilidade, serviços públicos, trabalho e lazer, para presentes e futuras gerações, é tema central para o avanço da justiça social no Brasil. O Brasil tem ratificado os principais pactos, convenções e declarações da Organização das Nações Unidas (ONU) que incluem o direito à moradia como parte indissociável para os direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos Humanos e Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, entre outros). No âmbito legislativo nacional, destacam-se a inclusão, em 2000, da moradia entre os direitos sociais mínimos da população e a homologação do Estatuto da Cidade, no ano seguinte, que introduziu diversos instrumentos para garantir o direito a cidades sustentáveis, o cumprimento da função social da propriedade e a regularização fundiária de assentamentos informais. A prioridade da titularidade da moradia a mulheres e idosos nos programas habitacionais, a urbanização de favelas, a regularização fundiária e a melhoria habitacional em quilombos e reservas indígenas também são exemplos dos esforços empreendidos pelo governo no sentido de garantir o direito à moradia adequada.

Pode-se afirmar que os assentamentos precários se configuram como a materialização das violações aos direitos humanos e sociais básicos. Nesse contexto, é urgente o aumento substancial nos investimentos em saneamento básico e habitação, além da revisão das políticas habitacionais para a universalização do direito a moradia adequada para todos os cidadãos brasileiros.



**Ouçã MARCELO
EDMUNDO da Central de
Movimentos Populares
(CMP) sobre FUNÇÃO
SOCIAL DA TERRA E DA
CIDADE.**

Portanto, é necessário garantir que o direito social fundamental à moradia prevaleça em relação à propriedade privada através da implementação do texto constitucional, do Estatuto da Cidade, da Lei 11.124/05 (SNHIS) e da organização popular de luta. Assegurar o Despejo Zero, o fim dos despejos coletivos forçados e do uso da violência nestes processos, garantindo a permanência das populações ameaçadas ou a justa e plena reparação de suas perdas, com a observância das resoluções nº 10/18 e nº 17/21 do Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre despejos forçados. É fundamental impedir e penalizar o uso da violência e a criminalização dos movimentos sociais e populares em ações possessórias, devendo o CNJ e os demais órgãos competentes assegurar o cumprimento da legislação e dos tratados internacionais vigentes.

Precisamos também avançar na mobilização social, na ocupação e na destinação dos imóveis públicos, e na desapropriação e expropriação dos imóveis privados ociosos para fins de reforma urbana, com ênfase na habitação de interesse social e na construção de equipamentos públicos, reconhecendo, apoiando e legalizando as ocupações de imóveis públicos e privados que não cumpram uma função social, garantindo a segurança da posse aos ocupantes.

Outro ponto importante é estimular a criação de Termos Territoriais Coletivos como alternativa para a garantia da permanência e acessibilidade de moradia para populações vulnerabilizadas, ampliando a compreensão sobre o modelo e as possibilidades de sua implementação no Brasil.

Faz parte desta discussão também Assegurar o Despejo Zero, o fim dos despejos coletivos forçados e do uso da violência nestes processos, garantindo a permanência das populações ameaçadas ou a justa e plena reparação de suas perdas, com a observância das resoluções nº 10/18 e nº 17/21 do Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre despejos forçados.

" Precisamos avançar na mobilização social, na ocupação e na destinação dos imóveis públicos, e na desapropriação e expropriação dos imóveis privados ociosos para fins de reforma urbana, com ênfase na habitação de interesse social "





10 POR CIDADES HABITÁVEIS E JUSTAS

O Brasil é um dos países que mais rapidamente se urbanizou em todo o mundo. Em 50 anos nos transformamos de um país rural em um país eminentemente urbano, onde 82% da população moram em cidades. Este processo de transformação do habitat e da sociedade brasileira produziu uma urbanização predatória, desigual e, sobretudo, iníqua.

O Estatuto da Cidade representa o encontro do país com sua face urbana, com um futuro que esperamos, irá transformar a herança do passado. Poucas leis na história nacional foram construídas com tanto esforço coletivo e legitimidade social. Esta é a grande vitória do Estatuto que, no entanto somente se efetivará na medida em que as forças sociais que o construíram, o tornem realidade e façam valer as importantes conquistas nele contidas.

Precisamos avançar em políticas públicas que garantam seus princípios fundamentais: a gestão democrática; a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização; a recuperação dos investimentos do poder público que tenham resultado em valorização de imóveis urbanos e o direito a cidades sustentáveis, à moradia, à infraestrutura urbana e aos serviços públicos, conferindo aos municípios novas possibilidades e oportunidades de gestão e financiamento de seu desenvolvimento com foco na justiça social.



**Ouça OLIVIA
ORQUIZA do BR
Cidades sobre
CIDADES
SUSTENTÁVEIS E
JUSTAS.**

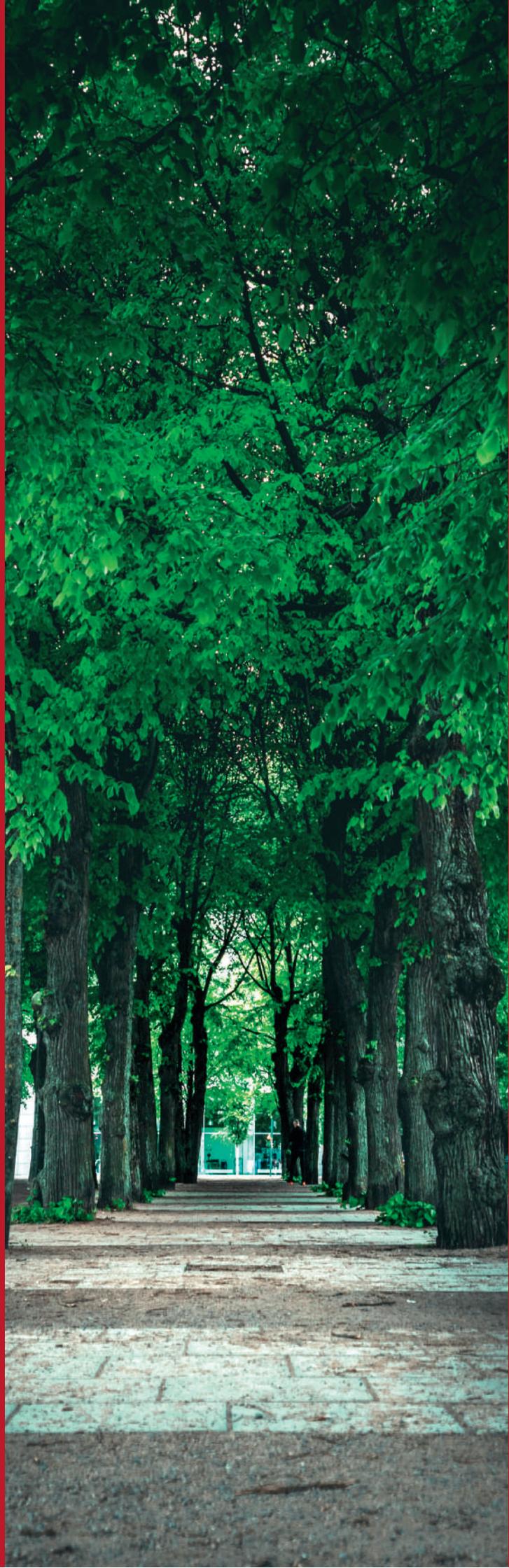
Além disso, os espaços públicos devem ser de qualidade, dotados de banheiros e torneiras públicas, priorizando o atendimento das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, dentre as quais as pessoas em situação de rua, crianças, jovens, mulheres, pessoas idosas e com deficiência. Garantir que todos os espaços públicos na cidade sejam de qualidade, dotados de banheiros e torneiras públicas, priorizando o atendimento das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, dentre as quais as pessoas em situação de rua, crianças, jovens, mulheres, pessoas idosas e com deficiência. Entre os pontos de discussão está também a garantia do acesso universal à internet em áreas públicas, como praças e parques, em especial nas periferias, bairros e comunidades populares rurais e urbanas. É importante fortalecer e fomentar o surgimento de espaços, equipamentos, aparelhos e ações comunitárias para a consolidação do bem viver nas comunidades e sua sustentabilidade.

Por último, mas não menos importante está a garantia do uso livre do espaço público para manifestações democráticas, culturais e políticas, respeitando a diversidade e as especificidades de pensamentos e ideias, bem como os direitos da população em situação de rua, trabalhadores informais e de aplicativos na ocupação do espaço público, sem discriminação e uso da violência repressora do Estado, com a garantia do direito ao trabalho, à proteção social e à dignidade da vida.

"O Estatuto da Cidade representa o encontro do país com sua face urbana, com um futuro que esperamos, irá transformar a herança do passado. Poucas leis na história nacional foram construídas com tanto esforço coletivo e legitimidade social"



Ouçá BRUNO ARAÚJO, ativista climático, sobre CIDADES E CRISE CLIMÁTICA.





11

PELO REAL ENFRENTAMENTO AO RACISMO AMBIENTAL

Não haverá justiça ambiental sem justiça racial. É necessário trazer uma agenda climática propositiva e integrada a lutas antirracistas e pautas sociais que inclua populações vulneráveis e minorias étnicas (quilombolas, indígenas, jovens pretos periféricos etc.) e ações focadas nessas comunidades, de modo a fazer a escuta ativa para a formulação de políticas públicas.

No Brasil, um país preto e indígena, é mais preciso usar o termo “racismo ambiental” do que “injustiça ambiental”. Ainda que sejam termos complementares, enquanto um país racializado e racista, a injustiça no nosso país não é de qualquer tipo, mas é uma injustiça racial.

É preciso ouvir a nossa juventude, nossos ativistas e nossas ONGs sobre as mudanças climáticas, e não apenas personalidades internacionais, pois o Brasil é o país do Cone Sul com mais jovens.

Precisamos amplificar as lutas e experiências de (re)existências e gestão ambiental de base comunitária para que elas tenham espaço nos processos que venhamos a desenvolver. Valorizar a relação entre sociobiodiversidade, sistemas produtivos e consumo pode fazer com que populações urbanas se conectem. Este deve ser um eixo importante na Educação para a Emancipação, na Educação Ambiental, na formação para a Cidadania.

Os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos são afetados diariamente por mudanças climáticas e seu protagonismo na luta por justiça climática e em defesa do meio ambiente tem que ser levado em conta, pois são eles que seguram o céu sobre nossas cabeças e a floresta em pé.



**Ouçá AMANDA
COSTA da Perifa
Sustentável
sobre RACISMO
AMBIENTAL.**

12

PELO INVESTIMENTO PÚBLICO NAS PERIFERIAS E FAVELAS

É fundamental romper com a estigmatização das periferias e favelas como não cidade, reconhecendo e valorizando sua sociabilidade e centralidade, defendendo também a regularização fundiária plena dos territórios populares. As políticas públicas precisam investir em programas de Geração de Emprego e Renda com foco no desenvolvimento local, apoiando iniciativas populares de economia criativa e solidária.

Há que se oferecer programas de assessoria integrada – técnica, jurídica, arquitetônica e social – em apoio às prioridades locais, garantindo investimento público em saneamento, mobilidade, habitação e equipamentos coletivos e espaços públicos de convivência e lazer.

13

PELO TRATAMENTO DIGNO E JUSTIÇA PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

É necessária a criação de programas habitacionais para a população em situação de rua, de diversas modalidades, considerando a heterogeneidade, com orçamentos específicos, nas três esferas de governo, considerando que este segmento social vive em situação de grave risco físico, garantindo a localização onde há infraestrutura e serviços públicos como da saúde, educação, trabalho e cultura.



Ouça **CLAUDIA VITALINO** da Uninegro sobre **FAVELAS E PERIFERIAS.**



Ouça **DARCY COSTA** do Movimento Nacional População de Rua sobre **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.**





14 PELA LIBERDADE RELIGIOSA E PELO ENFRENTAMENTO A TODOS OS FUNDAMENTALISMOS

Fundamentalismos são aqui compreendidos como uma visão de mundo, uma interpretação da realidade, com matriz religiosa, combinada a ações políticas dela decorrente, para o enfraquecimento dos processos democráticos e dos direitos sexuais, reprodutivos e das comunidades tradicionais, e das políticas de valorização da pluralidade e da diversidade. Não são homogêneos, são diversificados, formados por diferentes grupos que têm em comum inimigos a combater com ações distintas no espaço público. Por isso, o caráter basilar dos fundamentalismos é o oposicionismo que, na prática corrente, tem apoiado o negacionismo, em sintonia com o momento do capitalismo predatório, “meritocrático”, de costas para a destruição da natureza que condena progressivamente a humanidade à degradação final por pandemias, poluição, esgotamento de meios de vida e aquecimento global. O avanço do impacto cultural e estrutural dos fundamentalismos na vida cotidiana deve ser freado por meio de articulações públicas de grandes e pequenas relações e ações continuadas e persistentes a longo prazo.

Apesar da hegemonia evangélica neopentecostal na condução do fundamentalismo religioso enquanto projeto político, não se pode generalizar o discurso de modo a sempre associar o fundamentalismo religioso à ação exclusiva e contínua do segmento evangélico.

Feita essa ressalva, é fundamental registrar que, através da análise da participação política de grupos evangélicos na América Latina, percebe-se que esses grupos vêm adquirindo novos comportamentos sociais e políticos com vistas a institucionalizar suas visões de mundo.

Exemplo dessas novas atitudes políticas é o discurso da “teologia do domínio”. Dirigida por grupos pentecostais norte-americanos através do financiamento de projetos de formação de lideranças políticas na América Latina, essa teologia possibilitou e encorajou a entrada de grupos evangélicos na política partidária. Essas escolas de formação promovem a instrumentalização da retórica religiosa no debate político, adotando um tom radical e posturas conservadoras.

A ação desses grupos nas mídias sociais e plataformas gira em torno da mobilização da moral cristã, do medo e, por vezes, de uma retórica de perseguição. Exemplo disso é a cunhagem do conceito de “cristofobia”: através da justificativa de perseguição ao meio cristão, criou-se uma estratégia de comunicação para acionar e “defender a moral cristã” através de discursos conservadores articulados a pautas políticas.

Conforme estudos, evidências e as reflexões feitas durante os debates do Círculo de Vozes e Saberes dedicado ao tema, os fundamentalismos representam um dos principais fatores de ameaça à democracia e garantia de direitos. Nesse sentido, é importante que as estratégias de combate aos fundamentalismos também sejam associadas ao combate às perdas de direitos, resultantes dos modelos políticos defendidos pelas lideranças fundamentalistas.

No Brasil, o exemplo a ser tomado é o de total alinhamento desses setores às políticas que resultaram em desemprego, volta da fome, retirada de programas sociais, aumento do custo de vida e negacionismo que, em meio à pandemia, resultou em centenas de milhares de mortes. Levando em conta que a maioria dos religiosos que compõem instituições fundamentalistas são da parcela mais pobre da população, são por consequência os mais afetados na retirada de direitos.



Ouçã ANA EMÍLIA
GUALBERTO da
KOINONIA/Fórum
Ecumênico ACT
Brasil sobre
INTOLERÂNCIA E
RACISMO
RELIGIOSO.

" O caráter basilar dos fundamentalismos é o oposicionismo que, na prática corrente, tem apoiado o negacionismo, em sintonia com o momento do capitalismo predatório, "meritocrático", de costas para a destruição da natureza que condena progressivamente a humanidade à degradação final por pandemias, poluição, esgotamento de meios de vida e aquecimento global "





• Os principais feitos da humanidade nos últimos 300 anos são os causadores da grande crise ecológica global atual: a utilização desenfreada e irresponsável dos recursos naturais e a ideia de crescimento econômico levaram-nos não apenas a uma crise ambiental, mas também civilizatória.

O fundamentalismo não é exclusivo do viés religioso. Há ainda outros três tipos de fundamentalismos que devem ser observados:

- **Fundamentalismo de mercado:** a lógica do Homo economicus, ou do mercado, gera uma postura leviana para com os problemas climáticos, ao defender fortemente o uso massivo dos recursos naturais;

- **Fundamentalismo do trabalho:** trata-se de uma crítica à conduta civilizatória em sempre querer “crescer” e atingir “algo” de forma incansável. A ganância pelo dinheiro acaba por causar mais tragédias climáticas e, ao mesmo tempo, dificulta as ações para evitar o colapso já evidente;

- **Fundamentalismo do tempo:** trata-se da forma linear e ininterrupta como o Homo economicus encara o tempo, desconsiderando e submetendo o tempo da natureza e gerando um grande desequilíbrio. A saída desse contexto crítico seria mudar a concepção “antropocena” e colocarmo-nos enquanto parte integrante da natureza, fazendo com que essa mentalidade egoísta possa dar espaço a formas propositivas de intervenção na crise climática.

Para tratar os fundamentalismos que nos condenam a perigosos retrocessos em todas as esferas da vida, ressalta-se a necessidade de estabelecermos pontes com a juventude religiosa a fim de conscientizar novos públicos sobre o perigo do pensamento

15 PELO ESTADO DEMOCRÁTICO E LAICO

A laicidade do Estado está associada à separação entre Estado e Religião. É um princípio balizador do reconhecimento e da legitimidade de Estados democráticos fundados pelo poder do povo. A laicidade do Estado compreende que o Estado não pode conceder uma relação de privilégio a nenhuma tradição religiosa, mas zelar para que todas tenham o seu direito de fé e culto garantidos e protegidos. Em relação ao Estado brasileiro, compreende-se que a Constituição Federal de 1988 não estabeleceu um dispositivo determinante que declare de forma expressa a separação entre Estado e Religião, mas fala de uma separação colaborativa para o bem público.

A Constituição apresenta uma diretriz geral sobre a correlação entre democracia, liberdade e igualdade como formadores do princípio da laicidade. Neste sentido, o princípio da laicidade no Brasil apenas baliza a ausência de uma religião oficial de Estado. Estes limites constitucionais fazem com que, em uma sociedade marcadamente religiosa, valores religiosos e forças religiosas hegemônicas e organizadas impactem e, em alguns casos, restrinjam discussões e políticas públicas que poderiam avançar na agenda de direitos e aprofundar a democracia.

Há expressões fundamentalistas na maioria das tradições religiosas. Os movimentos fundamentalistas se articulam para ocupar espaços no executivo, no legislativo e no judiciário. Estes grupos se articulam tanto em torno de pautas morais quanto em torno de agendas econômicas, militares, principalmente as voltadas para a indústria de armas, agronegócio e comunicação (concessão de canais de rádio e televisão).

Na sociedade, o movimento fundamentalista é impulsionador do racismo religioso e das pautas voltadas para o controle do corpo e da sexualidade das mulheres e da população LGBTQIAP+.



Ouçá SYMMY LARRAT da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) sobre O MUNDO NÃO BINÁRIO.



16 POR POLÍTICAS QUE PROMOVAM A PROSPERIDADE RURAL COM ÊNFASE NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA AGROECOLOGIA

O movimento organizado do campesinato é resultado da formação socioeconômica do povo brasileiro em especial em um contexto de migrações forçadas, na instabilidade e muita luta. Os camponeses e camponesas do Brasil são a junção sociocultural de três troncos étnicos: povos originários (indígenas), os africanos escravizados e migrantes europeus, um processo complexo e sincrético que conformam um tecido social sempre a margem e antagônico ao capital no Brasil.

A partir da década de 80, houve um movimento de concentração da produção de alimentos sob o controle de poucas empresas multinacionais. Essas empresas passaram a gerir a produção e subcontratar mão de obra, concentrando também a distribuição dos produtos, homogeneizando inclusive o consumo mundial de alimentos. Esse processo agravaria ainda a concentração de terras, resultando no êxodo rural forçado ou, no caso de permanência, empobrecimento e dependência das famílias camponesas em relação às grandes empresas do agronegócio.



Ouçã SAINÉ SANTOS do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) sobre AGRICULTURA FAMILIAR E SOBERANIA.

Diante dessa nova tendência de expansão capitalista no campo, surgiram movimentos sociais camponeses ao redor do mundo, sobretudo nos países como o Brasil onde as condições de vida da população camponesa foram mais afetadas e se estabeleceu a prática da monocultura predatória em territórios extensivos. Soma-se a isso a discussão dos agrotóxicos que se impõe em paralelo a esse modelo de agricultura extensiva.

É fundamental compreender a soberania alimentar como direito dos povos, de seus países e blocos que devem definir suas políticas agrícolas e alimentares, sem a interferência das corporações multinacionais, garantindo que as negociações agrícolas internacionais estejam sob o controle do Estado.

A real soberania alimentar só existe quando os povos têm o direito de definir sua política agrícola e de alimentos.



Ouçã ATHAYDE MOTTA
do Instituto Brasileiro
de Análises Sociais e
Econômicas (Ibase) e da
Associação Brasileira
de ONGs (ABONG)
sobre **SOBERANIA
ALIMENTAR.**

É, portanto, necessário que políticas públicas contemplem as necessidades de pequenos e médios agricultores e agricultoras e trabalhadores e trabalhadoras agrícolas assalariados e assalariadas, indígenas e sem-terra, resistência que se apresenta em contraponto à padronização das culturas, à concentração fundiária, à monocultura e à produção unicamente exportadora, características do modelo de desenvolvimento do agronegócio.

**" É fundamental
compreender a soberania
alimentar como direito
dos povos, de seus países
e blocos que devem
definir suas políticas
agrícolas e alimentares,
sem a interferência das
corporações
multinacionais "**





17

POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL

Nas duas últimas décadas, educadores engajaram-se na aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, porém, ainda hoje, há resistência e um sistema educacional que permanece corroborando o racismo estrutural. Em muitos dos casos, as leis são tratadas de forma pontual pelas escolas e se limitam a se fazer cumprir através de eventos ou pequenos projetos destacados dos saberes curriculares, ao invés de decolonizar todo currículo.



Ouçã JOELSON SANTIAGO da Educafro sobre EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL.

O engajamento dos educadores não será suficiente para criar condições para a construção de um currículo antirracista e decolonial de fato e essa tarefa deve ser encarada de frente pelo sistema educacional, que deve instrumentalizar e oferecer aos profissionais formação qualificada que dê conta de superar as ausências de saberes negros e indígenas da grande maioria dos cursos de graduação e licenciatura, assim como das escolas públicas e privadas do país.

É necessário o estudo das ausências e presenças da população negra na educação escolar do ensino básico à universidade, para que possamos refletir sobre as raízes coloniais de nosso sistema de educação e desvendar os princípios filosóficos que o sustentam e que ainda afastam pessoas negras da escolaridade e limitam as práticas pedagógicas, excluindo saberes formadores da nossa identidade como nação.

A crítica à colonialidade epistêmica precisa ser precedida de uma propositividade decolonial em todo processo de ensino e aprendizagem. Soma-se a isso a urgência do combate ao controle dos corpos e à ação do estado contra a vida nas políticas de segurança pública que se impõe sobre os territórios negros, indígenas e de populações tradicionais, periféricas e das favelas. É fundamental a participação dos negros e das populações tradicionais nas instâncias de planejamento, controle e gestão de políticas públicas de forma a combater todas as formas de segregação étnica e racial.

18

PELA DEMARCAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Os direitos indígenas nos últimos anos têm sido alvo do que pode ser considerado o maior conjunto de ataques de sua história. As forças comprometidas com o atraso e fragilização da democracia brasileira nunca deixaram de trabalhar pela diminuição desses direitos desde 1988 – o que inclui formular teses jurídicas que buscam relativizar ou suprimi-los. Esses ataques foram renovados sob o governo Bolsonaro e sua política anti-indígena – que vêm questionando principalmente o direito originário dos povos indígenas às terras que eles tradicionalmente ocupam. É aqui que surge a tese do Marco Temporal: seu objetivo final é inviabilizar a demarcação das mais de 800 terras indígenas ainda não reconhecidas; assim como lançar suspeição sobre todas as outras Terras Indígenas que vêm sendo homologadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas.

O Marco Temporal é uma tese que propõe que sejam reconhecidos aos povos indígenas somente as terras que estavam ocupadas por eles na data de promulgação da Constituição Federal – 5 de outubro de 1988. Como sempre, o objetivo é limitar o direito dos povos aos seus territórios, especialmente aqueles onde ocorreram processos de expulsão ou remoção forçada por conta da expansão da fronteira agropecuária.

Diversos juristas, especialistas e estudiosos do Direito, no entanto, afirmam que essa ideia é inconstitucional. Em seu artigo 231, a Constituição Federal estabelece que os direitos indígenas são “direitos originários”, ou seja, são anteriores à própria formação do estado brasileiro, do país Brasil. Assim, não caberia a discussão sobre a padronização de uma data ou de um período de tempo específico.

O adiamento do julgamento a respeito da tese do marco temporal das terras indígenas abre brecha para o avanço de políticas que fragilizam territórios e incentivam conflitos e perseguição de lideranças indígenas. É urgente abordar esta questão e definitivamente conceder aos povos originários o direito aos seus territórios como defensores da floresta e da vida.



Ouçá HAMANGAI do território indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, sobre TERRITÓRIOS INDÍGENAS.



19

PELO RECONHECIMENTO E REGULARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Em 1995, no “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, realizado durante a Marcha Zumbi dos Palmares é criada a Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais Negras Quilombolas. Nesse período, a organização do I Encontro tinha conhecimento da existência de quatrocentas e doze comunidades, e a partir disso foi pensada a estrutura da Comissão Nacional, com o objetivo de mobilizar as comunidades nos vários Estados da Federação.

É neste contexto que a questão quilombola ganha peso no cenário nacional. O reconhecimento legal de direitos específicos, no que diz respeito ao título de reconhecimento de domínio para as comunidades quilombolas, ensejou uma nova demanda, gerando proposições legislativas em âmbito federal e estadual, promovendo a edição de portarias e normas de procedimentos administrativos consoante à formulação de uma política para a garantia dos direitos das comunidades quilombolas.

De acordo com o documento de criação da Coordenação Nacional de Quilombos, a história dos quilombos é a “história de resistência que garantiu a continuidade da existência de milhares de quilombos. Sem dúvida uma sobrevivência sofrida, mas com vitórias”. O documento ainda ressalta a emergência das políticas para comunidades, como frutos das reivindicações e lutas desse movimento.



Ouça RONALDO DOS SANTOS da CONAQ - Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas sobre COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

A luta do movimento quilombola caracteriza-se pela defesa do seu território, e conseqüentemente, de sua sobrevivência enquanto grupo específico ameaçado pelo avanço da especulação imobiliária, dos grandes empreendimentos, que afetam e alteram diretamente sua existência.

Em 1996, durante o Encontro de Avaliação do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado em Bom Jesus da Lapa – Bahia, a Comissão Provisória dá lugar à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq, que tem como caráter central se constituir como movimento social, não se configurando como outras formas organizativas tais como organizações não governamentais, sindicatos ou partidos político.



Ouçá ERICA MONTEIRO do Malungu (Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará) sobre AMAZÔNIA QUILOMBOLA.

É fundamental garantir o uso coletivo dos territórios quilombolas, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do (a) jovem no quilombo e acima de tudo pelo uso comum do Território, dos recursos naturais e pela em harmonia com o meio ambiente.

"Aquilombar-se remete à luta contínua não pelo direito a sobreviver, mas pelo de existir em toda a sua grandeza. Ou seja, é a luta pela existência física, cultural, histórica e social das comunidades quilombolas "



20

PELO PROTAGONISMO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA PAUTA SOCIO AMBIENTAL

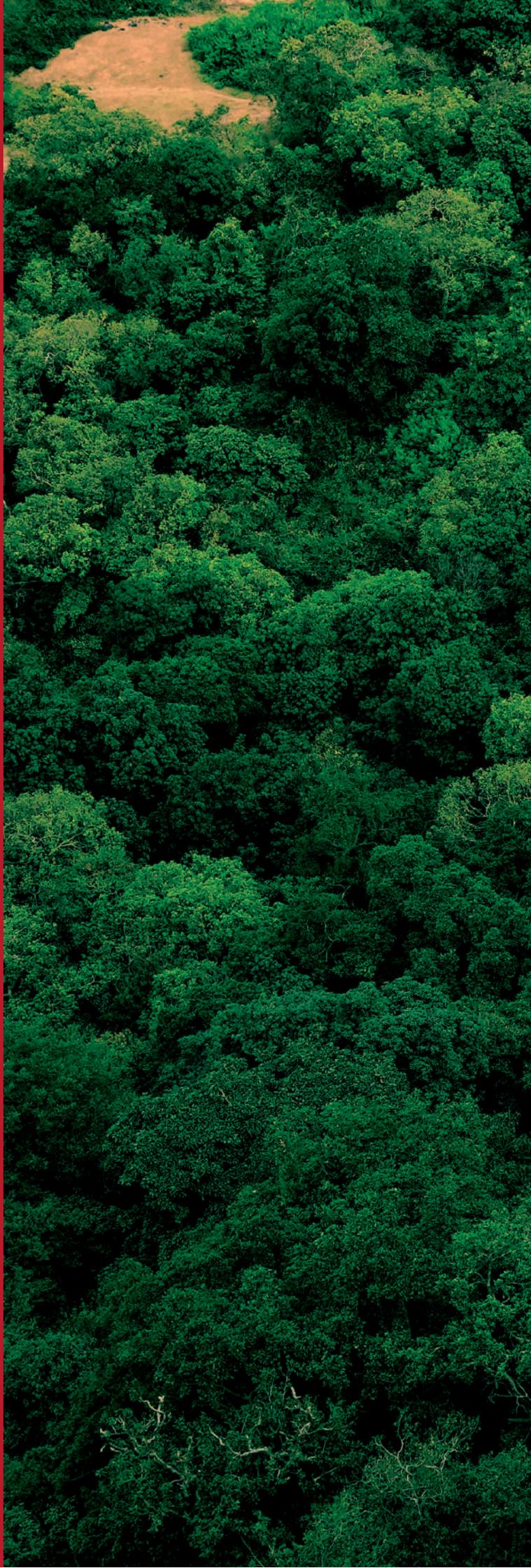
Estudo recente do Instituto Socioambiental (ISA), que comprova com dados o papel fundamental de Povos Indígenas e Tradicionais como guardiões das florestas do Brasil.

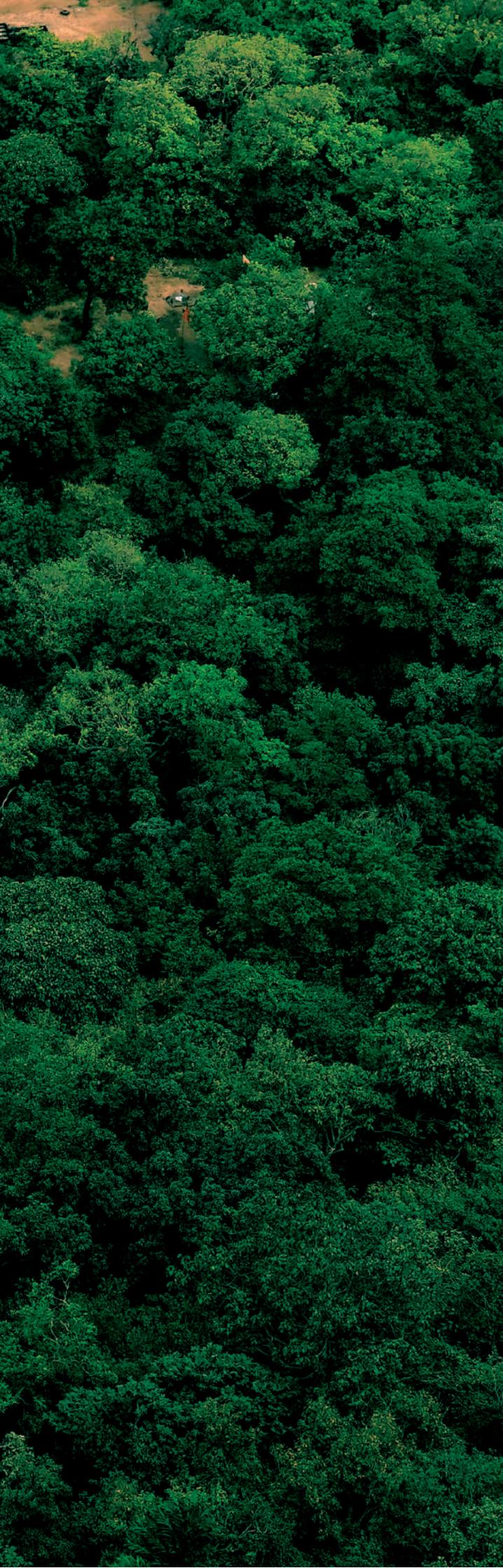
De acordo com as evidências levantadas, além da alta tecnologia social no manejo tradicional da florestas, a presença de Povos Indígenas amplia a governança sobre os territórios e promove contribuições socioambientais importantes para recuperar áreas degradadas.

As áreas protegidas (terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação) com presença de povos indígenas e populações tradicionais protegem um terço (30,5%) das florestas no Brasil. Somente as terras indígenas são responsáveis pela proteção de 20,3% das florestas. Para todas as classes de vegetação nativa, o atual conjunto de áreas protegidas do sistema nacional de áreas protegidas (terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação) protege 42,3% da vegetação natural do Brasil.

O levantamento também concluiu que as Terras Indígenas e as Reservas Extrativistas apresentaram melhor performance na proteção das florestas quando comparadas com Unidades de Conservação de proteção integral ou Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Os territórios de ocupação tradicional também funcionam como barreiras contra o desmatamento.

Atualmente, 40,5% das florestas brasileiras estão protegidas no sistema nacional de áreas protegidas, que engloba Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação. No entanto, as áreas protegidas com presença de Povos Indígenas e populações tradicionais – Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável – protegem um terço, cerca de 30,5% das florestas no Brasil.





Nos quatro tipos de territórios, os índices de preservação e regeneração florestal são maiores em comparação com outras categorias de áreas protegidas. Já os ciclos de alternância entre desmatamento e regeneração em uma mesma área são menores, o que revela uma intensidade de manejo da paisagem que não degrada as florestas.

Os altos índices de preservação revelados pelo estudo se dão pelo conjunto de conhecimentos e práticas dos Povos Indígenas e Tradicionais no manejo das florestas. Está, portanto, provado que os saberes desses povos e suas práticas de manejo estão mesclados às paisagens. Além disso, os modos de ocupação tradicional promovem barreiras contra o desmatamento e favorecem a regeneração florestal.

O estudo conclui que as florestas precisam das pessoas, assim como as pessoas precisam das florestas. Façamos políticas públicas que garantam que toda essa tecnologia ancestral de suporte a vida na floresta possa ser valorizada através do protagonismo dos povos originários e tradicionais na pauta ambiental do país.

"De acordo com as evidências levantadas, além da alta tecnologia social no manejo tradicional das florestas, a presença de Povos Indígenas amplia a governança sobre os territórios e promove contribuições socioambientais importantes para recuperar áreas degradadas "



21 PELO PROTAGONISMO DAS JUVENTUDES NA PAUTA SOCIO AMBIENTAL E O ARTIVISMO COMO CAMINHO DE CONSCIENTIZAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA

É imprescindível ouvir as juventudes, seja urbana, seja de povos originários, tradicionais ou outras comunidades, a respeito dos impactos das mudanças climáticas por elas sofridos, suas demandas e sobre como enxergam a superação e mitigação dos problemas.

As juventudes são essenciais na produção de arte, ciência e conhecimento e na discussão política, bem como na democratização das pautas e sua comunicação ao grande público. As juventudes precisam participar ativamente do debate político e ocupar os locais de poder, como casas legislativas, influenciando as tomadas de decisão. Afinal, estão ameaçadas e sufocadas pela falta de perspectiva de um futuro sustentável e pela injustiça climática.

Porém, apesar do futuro incerto, uma boa parte dos jovens é avessa à política. É necessário compreender as juventudes em sua pluralidade: há muitos jovens conservadores, machistas, homofóbicos etc., e também aqueles que deixam a escola para ajudar no sustento das famílias e ficam alijados do pensar e fazer político. A política e a participação, para muitos, estão descoladas de sua realidade. É preciso um esforço e uma diversificação de meios, formas e lugares ocupados para trazer problemas ambientais, sociais e políticos para o cenário cotidiano dessas pessoas e as juventudes tem um importante papel nessa missão.



Ouçá PAMELA GOPI
do Greenpeace
Brasil sobre PENSAR
GLOBAL E AGIR
LOCAL NO CLIMA.

Artivismo é uma ação política por meio da arte e baseia-se na ideia de que tudo é mídia e que a comunicação pode ser arte.

O artivismo jovem é uma maneira de recuperar sonhos e perspectivas de futuro, de reinventar a interlocução com pessoas em situação de vulnerabilidade e de superar dificuldades de diálogo com organizações tradicionais, como partidos políticos, relacionando-se ao debate sobre segurança de pessoas vulneráveis, de garantias e redes de proteção, tão necessárias perante as muitas ações de repressão à arte e a posicionamentos políticos.

Trata-se da disputa de narrativas e de saber contar histórias, o que vai além de dominar e expor dados publicamente. Uma história contada comove muito mais que dados e outras informações. A juventude tem que ser protagonista nisso, até porque é ela quem vai contar as histórias de hoje.

A arte de comunicar e o artivismo devem ser um fim, não um meio, porque a comunicação é uma forma de arte. Os maiores desafios são saber comunicar também por meios não digitais, já que ainda há muitas pessoas no Brasil sem acesso regular à internet, e promover um intercâmbio de histórias e experiências entre comunidades tradicionais e urbanas.

A pauta socioambiental é capaz alcançar e unificar essas diferentes realidades e é necessário fomentar iniciativas e espaços para que as juventudes expressem suas histórias com liberdade e se apropriem das narrativas sobre os seus territórios.

" As juventudes são essenciais na produção de arte, ciência e conhecimento e na discussão política, bem como na democratização das pautas e sua comunicação ao grande público. As juventudes precisam participar ativamente do debate político e ocupar os locais de poder, como casas legislativas, influenciando as tomadas de decisão "



Ouça **JONAYA DE CASTRO** do Prêmio Megafone de Artivismo sobre **IMAGINAÇÃO POLÍTICA**.





22

PELA CULTURA DA PAZ

Em 1987 a Comissão das ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento recomendou a redação de um documento inédito sobre o desenvolvimento sustentável com o objetivo de ajudar a construir no século 21 uma sociedade global justa, sustentável e pacífica.

Mas foi somente em 1992, em um evento paralelo da Cúpula dos Povos na Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, que a primeira versão da Carta da Terra ([LEIA O DOCUMENTO](#)) foi elaborada. Portanto, é um legado da Cúpula que deve ser lembrado e praticado pelos povos. Após uma ampla discussão da minuta inicial em todos os continentes por milhares de pessoas durante mais de oito anos, a Carta da Terra foi lançada no ano 2000 no Palácio da Paz em Haia, capital da Holanda.

Nos anos que se seguiram à publicação oficial da Carta foi realizada uma ampla campanha formal de endossos que atraiu milhares de adesões de organizações representando milhões de pessoas, inclusive inúmeras associações nacionais e internacionais como UNESCO e IUCN. Centenas de cidades promulgaram resoluções endossando a Carta da Terra por meio de um sistema on-line de endosso. Em 2005 foi lançada a fase da Carta da Terra em Ação, em Amsterdam, na Holanda, com a presença do primeiro-ministro e da rainha da Holanda. Na ocasião foi lançado o livro “Carta da Terra em Ação”, com 62 artigos de especialistas de todo o mundo.

Durante o encontro, decidiu-se também criar um Conselho Internacional formado por especialistas de várias partes do mundo que, em conjunto com a Secretaria Geral da Carta da Terra, formariam a Iniciativa da Carta da Terra, um núcleo de catalisação e mobilização mundial da Carta da Terra junto a todos os povos do planeta, visando a efetiva realização da visão de um futuro melhor, sistemicamente sustentável, expressa no documento.

O Movimento Carta da Terra em Ação pressupõe a ação consciente, espontânea, natural e orgânica de milhões de pessoas no mundo todo.

A missão da Iniciativa da Carta da Terra é promover a transição para formas sustentáveis de vida e de uma sociedade global fundamentada em um modelo de ética compartilhada, que inclui o respeito e o cuidado pela comunidade da vida, a integridade ecológica, a democracia e uma cultura de paz.



Ouçã FERNANDA RODRIGUES da Associação Alternativa Terrazul sobre a ATUALIDADE DA CARTA DA TERRA.

23 PELO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA E TODAS AS SUAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Entendemos que é necessário fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e prover transparência e responsabilização no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.

Há que se cumprir o direito de todas as pessoas receberem informação sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que possam afetá-las ou nos quais tenham interesse. É necessário criar e divulgar mecanismos para o envolvimento das sociedades civis locais, regionais e globais, promovendo participação significativa de todos os indivíduos e organizações, formentando também a imaginação política com caminho para a transformação de realidades.

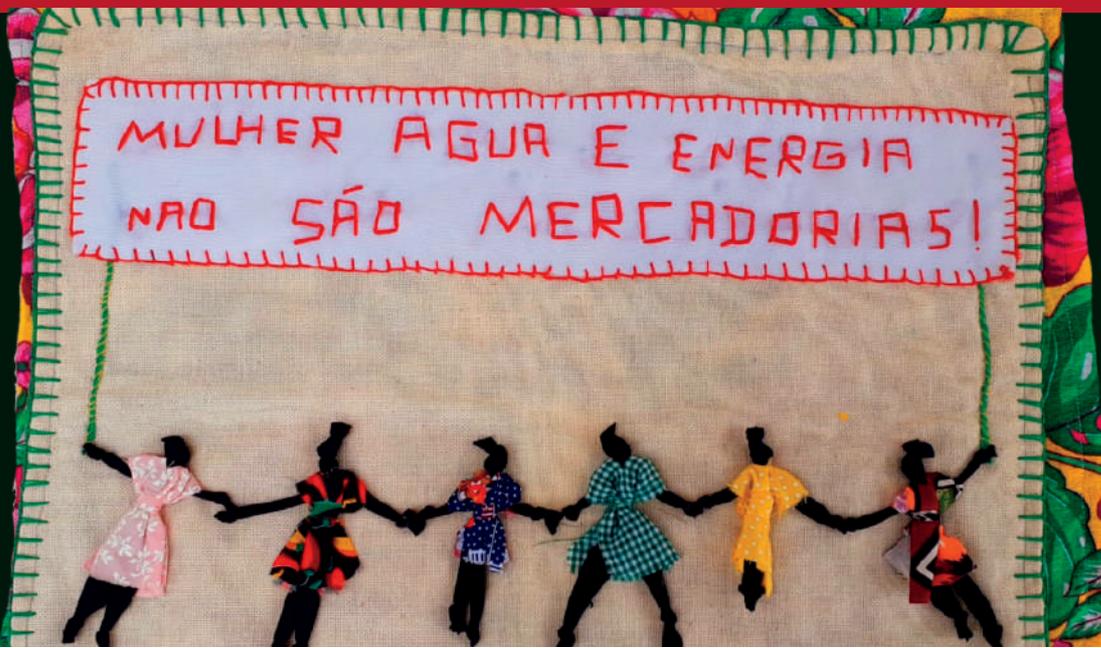
Os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de reunião pacífica, de associação e de oposição são valores fundamentais na democracia. Para que se façam valer, deve-se garantir o acesso eficiente a procedimentos judiciais administrativos e independentes.

24 PELO FOMENTO E VALORIZAÇÃO DA ARTE E DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS COMO HABILIDADES O BEM-VIVER

Consideramos fundamental promover a contribuição das Artes e Humanidades, assim como das Ciências, na educação para sustentabilidade. Da mesma forma, entendemos que é necessários compreender e intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no aumento da conscientização sobre os desafios ecológicos e sociais. Além disso, reconhecer a importância de políticas que apoiem o fortalecimento comunitário, considerando a espiritualidade como importante elemento para uma educação que leve em consideração a defesa incondicional da vida.



Ouçã LUCIA SANTALICES do Instituto EQÛIT - Gênero, Economia e Cidadania Global, e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) sobre ARTE E FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO.





25 PELA AMAZÔNIA DE PÉ

Nesses tempos de crise econômica e climática, a Amazônia é cada vez mais vista como frente de expansão pelo capital. Os ataques em curso põem em risco a biodiversidade e a vida dos povos. O saque dos bens naturais, o desmatamento e as queimadas, bem como a privatização cada vez maior da água, podem causar consequências irreversíveis para todo o planeta.

Existe um modelo que reforça a posição da Amazônia como semicolônia de recursos minerais e energéticos e reafirma sua condição de “fronteira” agrícola e corredor para a exportação de commodities. Este modelo provou ser bom para alguns poucos “empresários”, sobretudo empresas transnacionais dos países centrais. Mas para o povo, praticamente não trouxe benefícios. Pelo contrário: aumentou a miséria e a violência. E é essa perspectiva que tem sido fortalecida pelas políticas do governo federal nos últimos anos.

Por outro lado, é possível construir um modelo de desenvolvimento para a Amazônia que coloque a vida em primeiro lugar, privilegiando a distribuição de riqueza e seu desenvolvimento sem a destruição da natureza e a utilização de recursos estratégicos para a melhoria geral das condições de vida da população seja nas cidades, alagados, nos travessões ou nas beiras dos rios. Este é o modelo que sonhamos construir para o presente e para o futuro. Se a Amazônia está em risco, somos todos atingidos.



Ouçá IVANEIDE
BANDEIRA da Associação
de Defesa Etnoambiental
Kanindé sobre LUTA POR
DIREITOS NA AMAZÔNIA.

Existem 57 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas na Amazônia Legal, áreas que ainda não tiveram seu uso decretado. Nos últimos três anos, um terço do desmatamento na região aconteceu nessas terras, onde há maior incidência de grilagem e todo tipo de prática criminosa na Amazônia.

Há um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que objetiva a destinação terras públicas cobertas por florestas a áreas de conservação, comunidades indígenas, quilombolas e camponeses que já habitam a terra por quatro gerações, estabelecendo também um prazo limite para isso ser feito. Esse projeto precisa coletar um milhão e meio de assinaturas para entrada no Congresso Nacional ([ASSINE AGORA](#)).

O Brasil precisa conhecer a Amazônia e entender quais são suas características e necessidades para que cada indivíduo possa se apropriar dessa luta. Para atender também essa necessidade de despertar o país para as questões que impactam a floresta, nasceu a campanha Amazônia de Pé ([SAIBA MAIS](#)), criada pela ONG Nossas com o apoio de 250 organizações espalhadas pelo país, incluindo o Comitê Chico Mendes e esta Cúpula dos Povos Rio+30.

" Existem 57 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas na Amazônia Legal, áreas que ainda não tiveram seu uso decretado. Nos últimos três anos, um terço do desmatamento na região aconteceu nessas terras, onde há maior incidência de grilagem e todo tipo de prática criminosa na Amazônia "



Ouçá ELISA
ESTRONIOLI do
Movimento de
Atingidos por
Barragens (MAB)
sobre AMAZÔNIA E
DESENVOLVIMENTO.





26 PELA AMAZÔNIA NACIONAL E SOBERANIA GLOCAL

A transparência sobre os dados da Amazônia legal brasileira deve ser atualizada e mantida como política de Estado, para além de quaisquer governos. Medidas legais e jurisprudências efetivas devem garantir o direito de todos os povos no Brasil terem acesso ao estado geral de todo o bioma, conforme dados oficiais e científicos, livres de eventuais ingerências de governo.

O caso da ocultação de dados, da intervenção governamental sobre a produção de dados que devem ser públicos não pode se repetir na nossa história, tal como feito nos últimos quatro anos, ocultando a degradação e as ondas de morte notórias.

É sabido e longamente estudado que o cuidado com o bioma Amazônia é tarefa muito maior que a fronteira entre os países que a têm em seus territórios e é necessária a retomada imediata da concertação entre esses países - Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela - para o freio da violência, morte e degradação das florestas e águas. Repor o Brasil na agenda internacional e liderar espaços como a recomposição da UNASUR (União das Nações Sul-americanas) e de diálogos com países do Caribe e outros nossos fronteirizos é tarefa urgente para a instituição de políticas internacionais quanto ao território amazônico, em nível da ação interlocal dos países.

O lugar de corações do planeta como a Amazônia, Antártica, Antártida, Atmosfera e Oceanos e Águas obviamente atrai a preocupação global com o futuro desses Biomas e suas implicações pelas mudanças do clima e pela possibilidade de evitá-las ou minimizá-las. Transparência e corresponsabilidade Glocal (Global e Local) são tarefas da humanidade e de forma alguma ferem as soberanias dos povos e nem a soberania dos países que acolhem a multidiversidade dos povos.

É tempo de colocarmos a ciência em primeiro plano, e expurgarmos da cena política as narrativas que falam de soberania da Amazônia Brasileira como se houvesse um plano macabro e sem respeito aos países para tomá-la para os países ricos - uma inverdade repetida como fato pelo governo derrotado nas urnas - para justificar o isolamento das políticas e o casuísmo de abertura a predadores disfarçados de desenvolvimentistas. Lutamos pela Soberania dos Povos, por cuidados Glocals com a Amazônia com a mediação legal e formal da soberania dos Países que a abrigam, corresponsáveis pelo Planeta.

" Transparência e corresponsabilidade Glocal (Global e Local) são tarefas da humanidade e de forma alguma ferem as soberanias dos povos e nem a soberania dos países que acolhem a multidiversidade dos povos "

27

PELA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DE TODOS OS BIOMAS DO BRASIL

Destacamos que a conservação e a sustentabilidade socioambiental são objetivos e diretrizes aplicáveis para todos biomas e todas as regiões do país, inclusive no que concerne aos assentamentos humanos e áreas metropolitanas. Não obstante as reiteradas manifestações no tocante à necessária redução do desmatamento e enfrentamento das questões ambientais na Amazônia, especialmente no contexto da crise climática, vale ressaltar que demais biomas também estão submetidos às forças degradadoras, sobretudo decorrentes de atividades econômicas e ou de insuficiente e eficaz gestão do uso dos espaços territoriais, seus bens e serviços ecossistêmicos.

É necessário buscar formas sustentáveis, saudáveis e justas de convivência humana nos vários biomas, nas cidades e em todas as regiões do país. Paralisar e reverter a degradação de áreas da Mata Atlântica, do Pantanal, dos Pampas, do Cerrado é igualmente importante quanto à responsabilidade nacional de proteção da Amazônia e de toda a população. Zelar pela integridade das bacias hidrográficas, fluxo e qualidade das águas é vital para assegurar o abastecimento humano, a agricultura e a indústria, o lazer e o turismo, além da conservação da biodiversidade.

" Paralisar e reverter a degradação de áreas da Mata Atlântica, do Pantanal, dos Pampas, do Cerrado é igualmente importante quanto à responsabilidade nacional de proteção da Amazônia e de toda a população "





28

POR UMA AGENDA INTEGRADA E TRANSVERSAL A TODOS OS MINISTÉRIOS SOBRE BIODIVERSIDADE E CLIMA

Lembramos que as agendas de biodiversidade e de clima, no Brasil, devem ter abordagens e políticas integradas, tendo em vista que são comuns vários fatores que ocasionam as crises da perda da biodiversidade e de mudanças do clima, e ambas as crises geram impactos sociais e econômicos.

29

PELA ESPECIAL ATENÇÃO AOS IMPACTOS DA CRISE CLIMÁTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Os problemas de saúde humana associados à crise climática não necessariamente têm sua origem nas alterações climáticas, mas sim, nas alterações que a vida no planeta sofre e pode vir a sofrer a partir dela. Variações nos regimes de chuvas, tanto em quantidade quanto em intensidade, provocando diversos desastres naturais como enchentes e secas, mudanças no ambiente como a alteração de ecossistemas e de ciclos de biológicos, geográficos, e químicos, podem aumentar a incidência de doenças infecciosas, mas também doenças não-transmissíveis, que incluem a desnutrição e enfermidades mentais.

Além disso, a crise climática tem um impacto desproporcional sobre as populações pobres e vulneráveis, que não dispõem de meios de proteção. A vulnerabilidade da população pode influenciar na capacidade de respostas às conseqüências da mudança do clima. Identificar as áreas e os grupos populacionais mais vulneráveis, às alterações extremas de temperatura ou umidade, por exemplo, e promover ações voltadas para fortalecer a resiliência dessas áreas são fundamentais para criar estratégias de mitigação e adaptação eficazes.

No enfrentamento à crise climática, há o grande desafio do setor da saúde brasileiro na criação e implementação de estratégias para monitoramento dos impactos e efetiva prevenção de danos.

30 PELO PROTAGONISMO DO BRASIL NA CRISE CLIMÁTICA GLOBAL COM UMA FORTE AGENDA LOCAL

Nos quatro últimos anos o Brasil passou por um desmonte de órgãos e de alterações retrógradas em direitos e políticas associadas aos direitos e para as condições de sustentabilidade do desenvolvimento, por ações e omissões que violam e ou ameaçam os objetivos fundamentais do país, estabelecidos na Constituição de 1988, em seu artigo 3º, de *“construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”*

O direito ao meio ambiente, sadio e ecologicamente equilibrado, é um direito fundamental, inscrito na nossa Constituição, a qual também assentou direitos de povos indígenas. A saúde e a dignidade de trabalhadoras e de trabalhadores, formais e informais, nos diversos segmentos econômicos (primário, secundário e de serviços) são também afetados pelas alterações normativas que deveriam proteger seus direitos. A degradação ambiental decorrente de sistemas produtivos que não são exercidos com governança, observando-se direitos e com base na ciência, afeta tanto

os espaços laborais como os ecossistemas e o ambiente global. Desafios de saúde ocupacional e de poluição ambiental estão interligados aos modos de produção, suas tecnologias e formas de organização do trabalho humano. A educação, e em especial a educação ambiental, deve ser prioridade para a formação e qualificação da sociedade, para que possamos fazer a transição de políticas para a sustentabilidade e dignidade de vida de todas as pessoas.

É urgente tomar medidas governamentais e contar com legislação apropriada para garantir segurança climática e o acesso à água potável, bem como ao saneamento. Também é necessário considerar a dimensão ambiental na gestão urbana, no fomento de políticas habitacionais, de energia, de mobilidade e logística, de agroecologia e de produção limpa na agropecuária e na indústria. A União, por meio do Governo Federal, bem como do Congresso Nacional, dentro de suas atribuições, devem contar com instrumentos mais eficazes para a prevenção e alerta de eventos climáticos extremos, bem como de medidas e respostas rápidas para o alívio e o auxílio nos casos de consequências nefastas de desastres “naturais” que têm afetado milhares de habitantes.



Ouçã PEDRO IVO do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) sobre o PROTAGONISMO DO BRASIL NO CLIMA.





COMISSÃO FACILITADORA DA CÚPULA DOS POVOS RIO +30

Para o processo de mobilização da Cúpula dos Povos Rio+30, criou-se uma Comissão Facilitadora, composta por: • Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) • Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) • Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) • Central de Movimentos Populares (CMP) • Coletivo Memória e Utopia • Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) • Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) • Fórum Ecumênico ACT Brasil (FEACT Br) • Fórum Reforma Urbana, Fórum Social Panamazônico (FOSPA) • Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS) • Greenpeace • Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) • Via Campesina Brasil • Fridays for Future Brasil • Coalizão Negra por Direitos.

PARTICIPANTES

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) • Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) • Articulação Seminário Brasileiro (ASA) • Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) • Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) • Central de Movimentos Populares (CMP Brasil) • Central Única dos Trabalhadores (CUT) • Coalizão Negra por Direitos • Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) • Fridays for Future Brasil • Fórum Brasileiro de Economia Solidária • Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS) • Fórum Ecumênico do Brasil (FEACT Brasil) • Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental • Fórum Nacional de Reforma Urbana • Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor (FNECDC) • Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas • Greenpeace • Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial (Grap) • Grupo de Trabalho Amazônico (Rede GTA) • Rede Jubileu Sul • Marcha Mundial das Mulheres • Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB • Movimentos der Afetados por Represas (MAR) • Movimento Xingu Vivo para Sempre • Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca) • Rede AfroAmbiental • Rede Brasil sobre instituições financeiras multilaterais • Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) • Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) • Rede Cerrado • Rede de Juventude pelo Meio Ambiente • Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA) • Serviço Franciscano de Solidariedade (Segras) • União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) • União Nacional dos Estudantes (UNE) • Via Campesina



APRENDIZADOS
DOS ENCONTROS
DOS CÍRCULOS DE
VOZES E SABERES
REALIZADOS
DURANTE 2022



Rio+30
CÚPULA DOS
POVOS
VOZES EM MOVIMENTO

Em defesa da vida e da soberania dos povos

Clima, Justiça, Diversidade, Trabalho, Teto, Terra e Pão.



CUPULARIOMAI30



CUPULARIOMAI30.ORG.BR



Spotify CUPULA DOS POVOS RIO+30 - VOZES EM MOVIMENTO